

# Superior Tribunal de Justiça

## Relatório de Atividades 2002

**“Por certo não haverá democracia  
que valha a pena sem a existência de  
um Judiciário forte e independente,  
rápido e eficaz, atuante e prestante...”**  
*Ministro Nilson Naves - Presidente*

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

# Sumário

---

I	- Apresentação.....	5
II	- Estrutura Orgânica do Superior Tribunal de Justiça	
	Organograma.....	9
	Galeria dos Ministros .....	11
	Composição.....	19
III	- Movimentações .....	25
IV	- Atividades Judicantes .....	29
V	- Atividades Extrajudicantes.....	33
VI	- Atividades Sociopolíticas.....	39
VII	- Atividades Administrativas.....	53
VIII	- Conclusão .....	73
	Anexo I - Estatística Processual .....	75
	Anexo II - Agenda da Presidência .....	93

# I - Apresentação





---

## I - Apresentação

Dando cumprimento ao disposto no art. 21, XXX, do Regimento Interno, apresento o relatório das atividades desenvolvidas pelo Superior Tribunal de Justiça no exercício de 2002.

Em 3 de abril, ao assumir a Presidência desta Corte sucedendo o Ministro Costa Leite, cuja administração muito dignificou a Justiça, externei, no meu discurso de posse, o sentimento paradoxal que me impulsionava a avançar confiantemente na direção do meu sonho: minhas inquietudes concernentes ao funcionamento do Judiciário brasileiro somadas às minhas esperanças no seu erigimento como órgão soberano, agente de uma justiça célere, acessível e efetiva, fortaleceram-me a determinação de lutar pelo aprimoramento da instituição e por uma Justiça mais próxima do cidadão.

Com base nisso, tracei os objetivos que norteariam a minha gestão, a saber: de um lado, aprimorar a instituição; de outro, aproximar, cada vez mais, a justiça do povo.

Como será constatado ao longo do texto, a fim de efetivar a primeira parte do plano, as ações voltaram-se para a organização interna do Tribunal, para o seu reaparelhamento e atualização tecnológica; ademais, voltaram-se para a elevação do nível de qualidade dos serviços, sobretudo por meio da capacitação profissional, porquanto somente uma instituição bem aparelhada e servida por um corpo funcional bem treinado pode garantir a melhoria da prestação jurisdicional. Visando concretizar o segundo objetivo, além dessas medidas, foram implementados sistemas para agilizar e baratear, por meio da informática, a prestação dos serviços. E, nessa escalada, incluíram-se projetos de vanguarda com o intuito de levar a justiça aos lugares mais distantes do país.

Grande foi o empenho das unidades que compõem o Tribunal em prol da concretização de tal desiderato. Para tal fim, trabalharam em harmonia com a filosofia institucional, e, dessa parceria, advieram os resultados que estão registrados nas páginas seguintes.

Ministro Nilson Naves  
Presidente do Superior Tribunal de Justiça  
e do Conselho da Justiça Federal

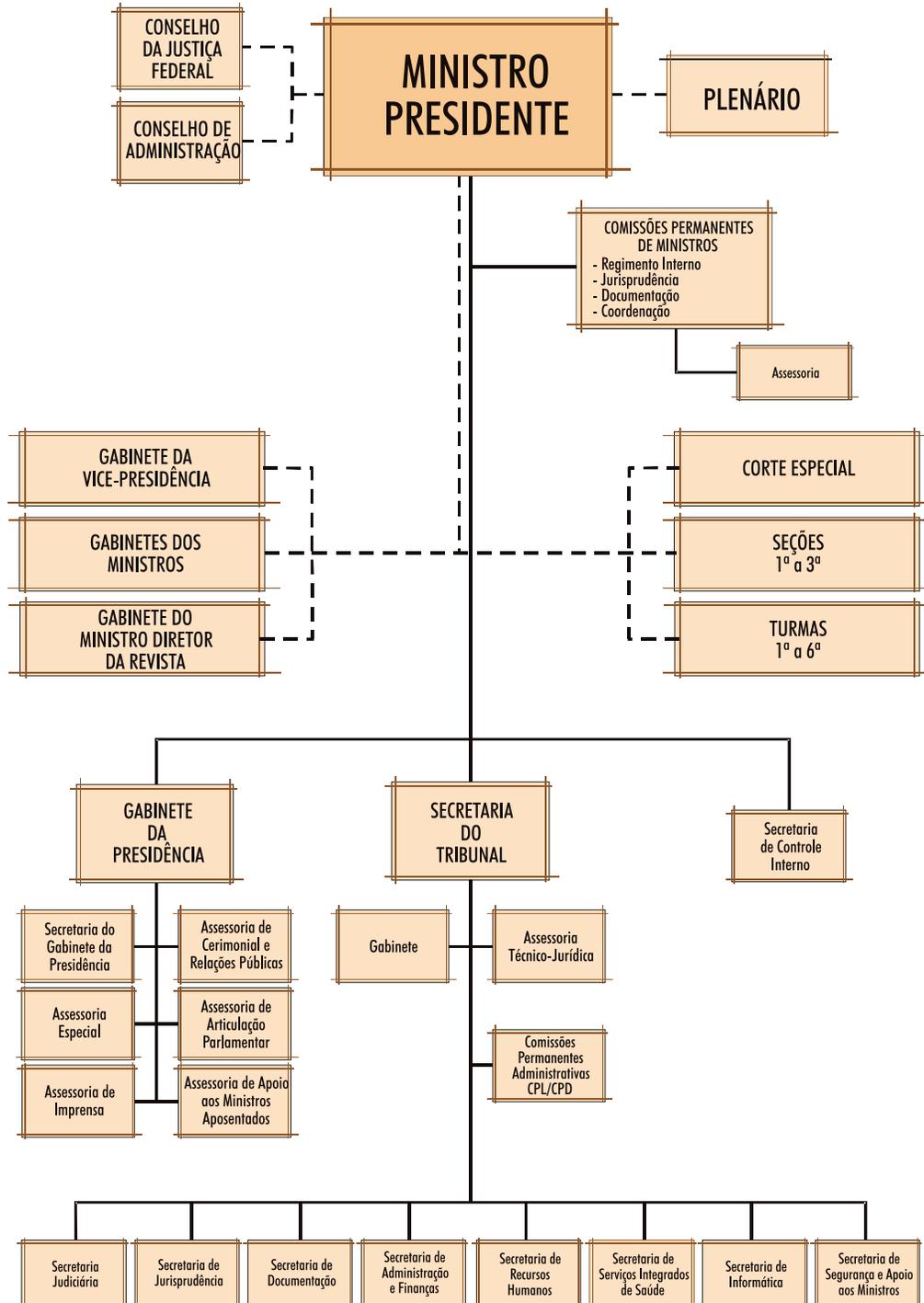


## II - Estrutura Orgânica do STJ





# Organograma





## Galeria dos Ministros

Ministro  
**NILSON Vital NAVES**  
*Presidente*



Ministro  
**EDSON Carvalho VIDIGAL**  
*Vice-Presidente*



Ministro  
**ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**

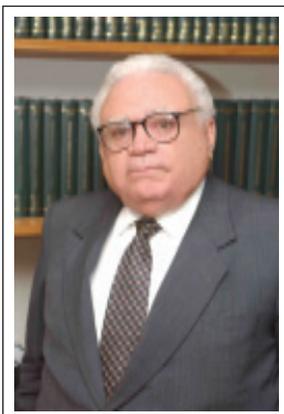


Ministro  
**PAULO Roberto Saraiva da COSTA LEITE**  
*Aposentado em 4/4/2002*



Ministro  
Jacy **GARCIA VIEIRA**  
*Aposentado em 5/10/2002*





Ministro  
Luiz Carlos **FONTES DE ALENCAR**



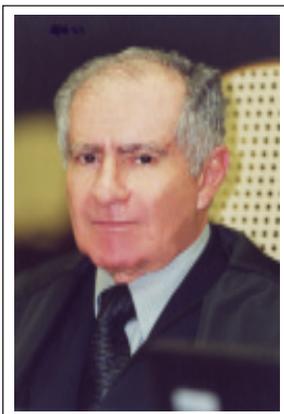
Ministro  
**SÁLVIO DE FIGUEIREDO** Teixeira



Ministro  
Raphael de **BARROS MONTEIRO** Filho

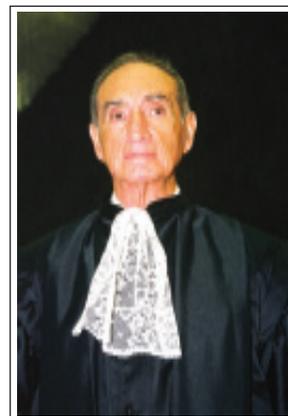


Ministro  
Francisco **PEÇANHA MARTINS**



Ministro  
Humberto **GOMES DE BARROS**

Ministro  
**MILTON LUIZ PEREIRA**  
*Aposentado em 10/12/2002*



Ministro  
Francisco **CESAR ASFOR ROCHA**

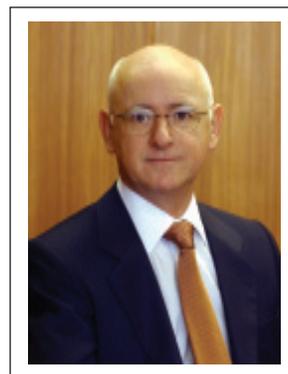


Ministro  
**RUY ROSADO DE AGUIAR** Júnior



Ministro  
**VICENTE LEAL** de Araújo

Ministro  
**ARI PARGENDLER**

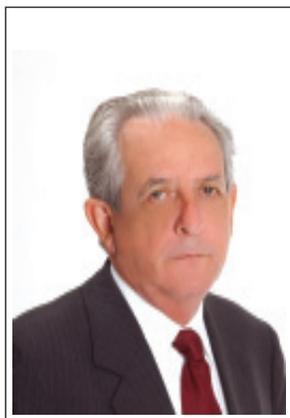




Ministro  
**JOSÉ Augusto DELGADO**



Ministro  
**JOSÉ ARNALDO da Fonseca**



Ministro  
**FERNANDO GONÇALVES**



Ministro  
**CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO**



Ministro  
**FELIX FISCHER**

Ministro  
**ALDIR** Guimarães **PASSARINHO JUNIOR**



Ministro  
**GILSON** Langaro **DIPP**



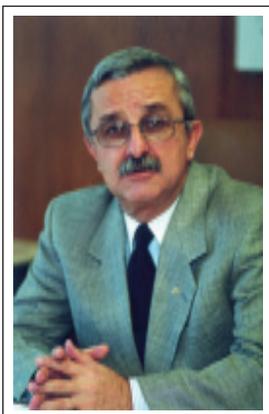
Ministro  
**HAMILTON** CARVALHIDO



Ministro  
**JORGE** Tadeo Flaquer **SCARTEZZINI**

Ministra  
**ELIANA CALMON** Alves





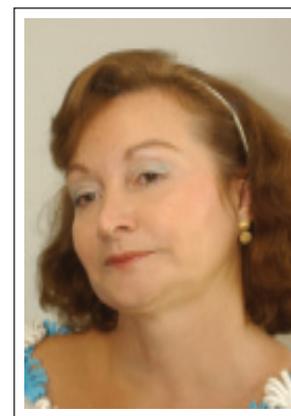
Ministro  
**PAULO** Benjamin Fragoso **GALLOTTI**



Ministro  
**FRANCISCO** Cândido de Melo **FALCÃO** Neto



Ministro  
Domingos **FRANCIULLI NETTO**



Ministra  
Fátima **NANCY ANDRIGHI**



Ministro  
Sebastião de Oliveira **CASTRO FILHO**

Ministra  
**LAURITA** Hilário **VAZ**



Ministro  
**PAULO** Geraldo de Oliveira **MEDINA**



Ministro  
**LUIZ** **FUX**



Ministro  
**JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**  
*Empossado em 3/12/2002*



## Composição

### **Composição do Superior Tribunal de Justiça ao encerrar o ano de 2002.**

<b>PLENÁRIO</b>	
Nilson Naves - <i>Presidente</i>	Felix Fischer
Edson Vidigal - <i>Vice-Presidente</i>	Aldir Passarinho Junior
Antônio de Pádua Ribeiro	Gilson Dipp
Fontes de Alencar - <i>Diretor da Revista</i>	Hamilton Carvalhido
Sálvio de Figueiredo	Jorge Scartezzini
Barros Monteiro	Eliana Calmon
Francisco Peçanha Martins	Paulo Gallotti
Humberto Gomes de Barros	Francisco Falcão
Cesar Asfor Rocha -	Franciulli Netto
<i>Coordenador-Geral da Justiça Federal</i>	Nancy Andrighi
Ruy Rosado de Aguiar	Castro Filho
Vicente Leal	Laurita Vaz
Ari Pargendler	Paulo Medina
José Delgado	Luiz Fux
José Arnaldo	João Otávio de Noronha
Fernando Gonçalves	
Carlos Alberto Menezes Direito	
	Art. 2º, § 1º, RISTJ

<b>CORTE ESPECIAL</b>	
Nilson Naves - <i>Presidente</i>	Ari Pargendler
Edson Vidigal - <i>Vice-Presidente</i>	José Delgado
Antônio de Pádua Ribeiro	José Arnaldo
Fontes de Alencar - <i>Diretor da Revista</i>	Fernando Gonçalves
Sálvio de Figueiredo	Felix Fischer
Barros Monteiro	Gilson Dipp
Francisco Peçanha Martins	Hamilton Carvalhido
Humberto Gomes de Barros	Eliana Calmon
Cesar Asfor Rocha -	Francisco Falcão
<i>Coordenador-Geral da Justiça Federal</i>	Franciulli Netto
Ruy Rosado de Aguiar	
Vicente Leal	
	Art. 2º, § 2º, RISTJ

**PRIMEIRA SEÇÃO**

José Delgado - *Presidente*  
Francisco Peçanha Martins  
Humberto Gomes de Barros  
Eliana Calmon

Francisco Falcão  
Franciulli Netto  
Luiz Fux  
João Otávio de Noronha

Art. 2º, §§ 3º a 6º, RISTJ

**PRIMEIRA TURMA**

Francisco Falcão - *Presidente*  
Humberto Gomes de Barros  
José Delgado  
Luiz Fux

**SEGUNDA TURMA**

Eliana Calmon - *Presidente*  
Francisco Peçanha Martins  
Franciulli Netto  
João Otávio de Noronha

**SEGUNDA SEÇÃO**

Ruy Rosado de Aguiar - *Presidente*  
Antônio de Pádua Ribeiro  
Sálvio de Figueiredo  
Barros Monteiro  
Ari Pargendler

Fernando Gonçalves  
Carlos Alberto Menezes Direito  
Aldir Passarinho Junior  
Nancy Andrighi  
Castro Filho

Art.2º, §§ 3º a 6º, RISTJ

**TERCEIRA TURMA**

Antônio de Pádua Ribeiro -  
*Presidente*  
Ari Pargendler  
Carlos Alberto Menezes Direito  
Nancy Andrighi  
Castro Filho

**QUARTA TURMA**

Aldir Passarinho Junior -  
*Presidente*  
Sálvio de Figueiredo  
Barros Monteiro  
Ruy Rosado de Aguiar  
Fernando Gonçalves

**TERCEIRA SEÇÃO**

José Arnaldo - *Presidente*  
Fontes de Alencar  
Vicente Leal  
Felix Fischer  
Gilson Dipp

Hamilton Carvalhido  
Jorge Scartezzini  
Paulo Gallotti  
Laurita Vaz  
Paulo Medina

Art. 2º, §§ 3º a 6º, RISTJ

**QUINTA TURMA**

Gilson Dipp - *Presidente*  
 José Arnaldo  
 Felix Fischer  
 Jorge Scartezzini  
 Laurita Vaz

**SEXTA TURMA**

Hamilton Carvalhido - *Presidente*  
 Fontes de Alencar  
 Vicente Leal  
 Paulo Gallotti  
 Paulo Medina

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Nilson Naves - <i>Presidente</i> Edson Vidigal - <i>Vice-Presidente</i> Antônio de Pádua Ribeiro Fontes de Alencar Sálvio de Figueiredo Barros Monteiro Francisco Peçanha Martins Humberto Gomes de Barros	Cesar Asfor Rocha - <i>Coordenador-Geral da Justiça Federal</i> Vicente Leal Ari Pargendler José Delgado José Arnaldo Felix Fischer Eliana Calmon
---	--

Art. 5º do RISTJ

**CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**

Nilson Naves - *Presidente*  
 Edson Vidigal - *Vice-Presidente*  
 Cesar Asfor Rocha -  
*Coordenador-Geral da Justiça Federal*  
 Ruy Rosado de Aguiar  
 Vicente Leal

**SUPLENTES**

Ari Pargendler  
 José Delgado  
 José Arnaldo  
 Art. 7º do RISTJ

**COMISSÃO DE  
REGIMENTO INTERNO**

Sálvio de Figueiredo - *Presidente*  
 Vicente Leal  
 José Delgado  
 Aldir Passarinho Junior (*suplente*)

Arts. 40, § 2º, e 41, § 1º, do RISTJ

**COMISSÃO DE  
JURISPRUDÊNCIA**

Antônio de Pádua Ribeiro - *Presidente*  
 Fontes de Alencar - *Diretor da Revista*  
 Ari Pargendler  
 José Arnaldo  
 Eliana Calmon  
 Francisco Falcão

Arts. 40, § 2º, e 41, §§ 1º e 2º, do RISTJ

**COMISSÃO DE  
DOCUMENTAÇÃO**

Barros Monteiro - *Presidente*  
Fernando Gonçalves  
Franciulli Netto  
Carlos Alberto Menezes Direito  
(*suplente*)

Arts. 40, § 2º, e 41, § 1º, do RISTJ

**COMISSÃO DE  
COORDENAÇÃO**

Humberto Gomes de Barros -  
*Presidente*  
Cesar Asfor Rocha -  
*Coordenador-Geral da Justiça Federal*  
Ruy Rosado de Aguiar  
Felix Fischer (*suplente*)

Arts. 40, § 2º, e 41, §§ 1º e 2º, do RISTJ

# III - Movimentações





### III - Movimentações

Em 2002, o Superior Tribunal de Justiça viveu um ano de renovação. Além da posse dos novos dirigentes para o biênio 2002/2004, ocorreram mudanças na composição, com a aposentadoria de três Ministros e a posse de um novo membro.

#### Posses

##### *A nova Presidência do Superior Tribunal de Justiça para o biênio 2002/2004*



*Ministro Nilson Naves, Presidente empossado, e Ministro Costa Leite.*

Em 3 de abril, o Plenário reuniu-se para a solenidade de passagem do comando da Corte à nova direção, ato a que procedeu o Ministro Costa Leite, então Presidente.

Na ocasião, recepcionaram os novos dirigentes o Ministro Garcia Vieira, como membro do Superior; a Dra. Delza Curvello Rocha, Subprocuradora-Geral da República, representando o Ministério Público Federal; e o Dr. Rubens Approbato Machado, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em nome da classe dos advogados.

Na homenagem prestada pelo Ministro da Casa, ficou imortalizada a seguinte declaração: os Ministros são “homens acostumados à luta, bravos, corajosos, determinados. Tal como o aço, foram temperados no fogo e se tornaram fortes, valentes e capazes de levar esta colenda Corte à eficácia e à modernidade”. Aliás, unânimes foram as referências ao passado de lutas e conquistas dos novos dirigentes, as palavras de encorajamento para o exercício da nobre tarefa de conduzir o órgão superior do Judiciário e os



*Novo Presidente assina o termo de posse.*

votos de uma gestão operosa, sábia e justa na defesa do interesse público.

Consciente da árdua missão a cumprir, o novo Presidente, no discurso de posse, defendeu, embora reconhecendo os entraves, o erguimento de um Judiciário forte e independente, rápido e eficaz, atuante e prestante. Deixou ali registrado ter sido nessa visão que depositou suas esperanças e também nela que fundamentou a escolha de, em face de tais qualidades, contribuir para “engrandecer ainda mais a magistratura” e, acima de tudo, aperfeiçoar, juntamente com os Colegas, “o Superior, dando-lhe perfeito corpo e a correspondente alma” – luta na qual iria consumir os dias por vir.

### ***O novo integrante do Tribunal***

Quando exercia o cargo de Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, João Otávio de Noronha, aos 46 anos, mineiro de Três Corações, foi nomeado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso para o cargo de Ministro desta Corte, no qual tomou posse em 3 de dezembro. É o mais novo integrante da Segunda Turma e da Primeira Seção. O Magistrado começou sua vida pública como funcionário do Banco do Brasil, do qual, mais tarde, tornou-se, em etapas distintas, advogado, chefe de assessoria jurídica, consultor jurídico e diretor jurídico. No magistério, lecionou na Faculdade de Direito de Varginha e na de Itáúna, bem como na Escola Superior de Advocacia da OAB – MG.

## **Aposentadorias**

Nos dias 1º de abril e 2 de outubro, respectivamente, a Corte Especial registrou, solenemente, a última participação dos Ministros Costa Leite e Garcia Vieira em suas sessões e, em 10 de dezembro, ocorreu a despedida do Ministro Milton Luiz na Primeira Turma.

Nas afetuosas saudações, foram mencionadas palavras concernentes à vida pretérita e ao caráter inabalável dos homenageados, bem como à valiosa contribuição que deram à Justiça do país. Do Ministro Costa Leite, acentuou-se “a dignidade, o entusiasmo e o altruísmo com que... dirigiu esta Casa..., levando a Justiça à sociedade, mostrando a todos a importância do Superior Tribunal de Justiça”. O Ministro Garcia Vieira foi aclamado em razão da “integridade, assiduidade e conduta que teve durante toda a atuação como magistrado”. Ao Ministro Milton Luiz atribuiu-se o “sinônimo mais perfeito de dignidade e de cidadania”, inscrição que ficou gravada na história do Superior Tribunal e ante a qual se dobra o respeito dos seus pares.

# IV - Atividades Judicantes





---

## IV - Atividades Judicantes

### **A insígnia da celeridade: menos de catorze anos de atividade, mais de um milhão de processos julgados no Superior Tribunal de Justiça**

Conquanto a composição do Tribunal tenha sofrido alterações, consistentes nas aposentadorias dos Ministros Costa Leite, Garcia Vieira e Milton Pereira, tendo uma das vagas sido preenchida, somente em 3 de dezembro, pelo Ministro João Otávio de Noronha, destaca-se o grande volume de feitos julgados durante o ano.

Em que pese a essa circunstância, a estatística oficial atesta que, de 2 de janeiro a 31 de dezembro, 159.819 processos foram autuados, 155.959 distribuídos e 171.980 julgados (aí incluídos os agravos regimentais e os embargos de declaração), atingindo-se uma média, por relator, de 5.622 processos distribuídos e 6.200 julgados. A Presidência, particularmente, apreciou 261 pedidos de suspensão de liminar, além de ter proferido 3.364 decisões e despachos diversos. Assinalam-se, ainda, as 2.972 decisões em recursos extraordinários e os 2.495 despachos diversos proferidos pelo Vice-Presidente.

Ora, o significativo número de causas decididas é testemunho indiscutível do esforço sobre-humano dos membros do Superior Tribunal com a imprescindível cooperação do corpo funcional e aponta para um fato de suma importância: em dezembro último, com menos de catorze anos de funcionamento, o Superior ultrapassou a descomunal cifra de um milhão de feitos julgados (Ver gráfico seguinte e Anexo I).

## Mapa resumido dos julgados

*Período: 2/1/2002 a 31/12/2002*

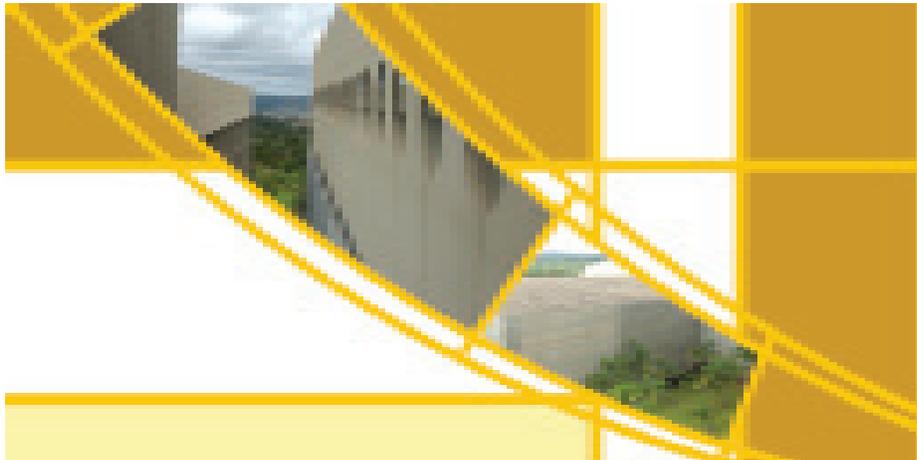
<b>Processos</b>	<b>Total</b>
Processos recebidos	206.995
Processos autuados <b>(1)</b>	159.819
Processos registrados	2.044
Processos distribuídos	155.959
Sessões realizadas	429
Processos julgados em sessão	49.614
Processos decididos monocraticamente	122.366
<b>Total de processos julgados (2)</b>	<b>171.980</b>
Acórdãos publicados	56.497
Suspensões de decisão (SS e Pet) proferidas pelo Ministro Presidente	261
Decisões e despachos diversos proferidos pelo Ministro Presidente	2.153
Despachos do Ministro Presidente junto à Secretaria Judiciária	1.211
Decisões proferidas em recursos extraordinários	2.972
Despachos diversos proferidos pelo Ministro Vice-Presidente	2.495
Processos com vista ao MPF em 31/12/2002	6.097
Média de processos distribuídos por relator	5.622
Média de processos julgados por relator	6.200

**Fontes:** Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Subsecretaria de Protocolo Judicial, Informações Processuais e Baixa; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

**(1)** Estão computados 10.138 originários e 149.681 recursos.

**(2)** Estão incluídos os agravos regimentais e os embargos de declaração.

# V - Atividades Extrajudicantes





---

## V - Atividades Extrajudicantes

### **Homenagens em razão de aposentadoria**

#### *A história da Corte, a história dos seus membros*

Como é tradição da Casa, o Plenário reuniu-se, no dia 12 de junho, para homenagear, por motivo de aposentadoria em exercícios anteriores, os Ministros Adhemar Maciel e Demócrito Reinaldo; em 28 de agosto, o Ministro Vicente Cernicchiaro; e, em 20 de novembro, o Ministro Eduardo Ribeiro. Em cada sessão, falaram um Ministro do Tribunal, um representante do Ministério Público e um do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, os quais, ao perpassarem a vida dos magistrados nos seus discursos, deram testemunho do bom combate que combateram e da carreira que completaram com eficiência, probidade e notável cultura. Em suma, ficou o reconhecimento de que, efetivamente, contribuíram para escrever a história do Superior Tribunal de Justiça, porquanto consolidada na história de cada um dos seus componentes.

### **Homenagens póstumas**

Em 17 de outubro, foi realizada sessão solene para reverenciar a memória dos Ministros Henocho da Silva Reis, Joaquim Justino Ribeiro, Wilson Gonçalves, Francisco Dias Trindade, Francisco de Assis Toledo, Miguel Jeronymo Ferrante e Jesus Costa Lima; não a última homenagem, a de sempre, a esses magistrados que deixaram às gerações um exemplo de decência e de respeito às leis. No dizer do Ministro José Delgado, porta-voz do Tribunal na solenidade, “os homenageados..., na saudade, deixaram para toda a sociedade brasileira mensagens que afirmam ser Cidadania, Justiça e Magistratura três pilares, três estruturas, três esperanças de se construir uma Nação mais digna e mais cidadã...”. Certamente a memória de cada um deles eternizou-se aqui, pois provaram, pelo amor dedicado ao Judiciário, que a magistratura, para além de ser a profissão que escolheram, foi a vocação que aceitaram.

## Aposição de fotografias de ex-Presidentes

Muitos compareceram ao Salão Nobre, para assistir à aposição das fotografias dos Ministros Antônio de Pádua Ribeiro, em 22 de maio, e Paulo Costa Leite, em 5 de novembro, na galeria de ex-Presidentes do Superior Tribunal de Justiça: Ministros, servidores, familiares e amigos dos Magistrados.

## Outras atividades

### *Datas comemorativas*

No calendário do Superior Tribunal de Justiça, nenhuma data especial foi esquecida. Houve a comemoração do Dia Internacional da Mulher, Dia dos Pais, das Mães, da Secretária e do Servidor, entre outros. Com reconhecimento, o Tribunal rendeu preito a essas figuras, partícipes da sociedade que desempenham papel importante na construção da cidadania.



*Abertura do evento comemorativo do Dia do Servidor.*

### **Dia do Servidor**

#### **A régua e o esquadro da construção**

O Tribunal comemorou o Dia do Servidor em 29 de outubro. A abertura do evento coube ao Presidente, que parabenizou os servidores figurando-os como a régua e o esquadro, elementos imprescindíveis a uma construção, no caso, a construção desta Casa. Por ser propício o momento à renovação da aliança feita quando da posse, isto é, uma

disposição mútua para servir, cometeu a todos a missão de continuarem fiéis ao Tribunal, sempre se esmerando na execução das suas atividades.

A comemoração foi um sucesso. Além dos momentos de descontração, aconteceu um verdadeiro incentivo à cultura, pois muitos talentos na área da música, até então anônimos, foram revelados. O auditório externo, lotado, ganhou nova luz ao viver momentos de fulgurante criatividade.

### **Dia das Mães**



*Presença maciça dos servidores nas comemorações do seu dia.*

O Superior Tribunal de Justiça, em 9 de maio, celebrou, no mezanino do edifício dos Plenários, o Dia das Mães, solenidade à qual compareceram servidoras, Ministras e esposas de Ministros.

O Presidente começou a homenagem ressaltando duas virtudes das mães, rememoradas perpetuamente pelos filhos – a compreensão e os infinitos sentimentos. O momento foi de profunda emoção, manifesta gratidão e reconhecimento unânime às mães presentes, também àquelas já ausentes, pela vida transmitida e doada no curso dos anos. A Dra. Adélia Naves também fez um emocionante pronunciamento a respeito do milagre da maternidade, no qual assinalou: “A mãe, casulo onde é gerada a vida, assume, após o parto, o grande desafio de transformar o filho num cidadão de bem.”

Na ocasião, algumas mães foram agraciadas com flores: a mais idosa, a mais nova, a que gerou mais filhos e as Ministras Eliana Calmon e Laurita Vaz, que, em breves palavras, falaram, respectivamente, da independência da mulher e das vítimas da violência. O dia, portanto, foi muito especial, de profunda reflexão.

### **Natal solidário**

Atento ao verdadeiro espírito natalino, o Superior Tribunal, por intermédio da Comissão de Eventos, promoveu a campanha Natal Solidário, com o objetivo de arrecadar roupas, brinquedos, calçados, fraldas e alimentos, que foram doados a três entidades das proximidades de Brasília, a saber: a Casa do Caminho, em Brazlândia, que abriga idosos; a Associação Viver Melhor, localizada no assentamento da Estrutural, que lida com crianças e adolescentes; e a Casa de Caridade Pai Cambinda, em Ceilândia, que realiza trabalho de apoio a gestantes.

Vários postos de arrecadação foram instalados nas dependências do Tribunal. O resultado foi surpreendente: o Superior em peso abriu o coração e participou dessa maratona de amor ao próximo, fazendo sorrir os menos favorecidos.



*Servidores envolvidos na campanha "Natal Solidário".*



*Presidente procede à abertura da festa natalina.*

Além dessa campanha, como não poderia ser diferente, o Tribunal engalanou-se para a tradicional confraternização. Os servidores e os funcionários de firmas terceirizadas participaram da programação, que aconteceu no dia 19 de dezembro.

Ao receber os servidores e suas famílias, o Presidente trouxe, inspirado na Bíblia, uma palavra de reflexão a respeito do sentido da existência do homem – de onde veio e para onde vai. De forma sucinta, mas profunda, fez votos de que essa caminhada fosse feita no caminho da verdade e da vida daquele cujo nascimento historicamente é

comemorado naquele mês.

As novidades do ano foram o cenário típico especialmente montado para a ocasião e a espetacular apresentação do Coral do Superior Tribunal e de uma Orquestra de Sinos, com repertório clássico.

### A arte e a criatividade em foco

Vinte de março foi um dia dedicado à celebração da arte e da criatividade. Em solenidade no Espaço Cultural, inaugurou-se o *I Salão de Artes dos Talentos do Superior Tribunal de Justiça*, projeto que nasceu na Divisão de Memória Cultural, por intermédio do Museu, com o duplo objetivo de difundir a produção artística no âmbito desta Corte e contribuir para uma melhor qualidade de vida no recinto de trabalho.

Na abertura do evento, o Presidente à época, Ministro Paulo Costa Leite, prestou homenagem ao servidor por não ter medido esforços para que a gestão, prestes a ser concluída, chegasse ao final com o mesmo vigor do início. Na oportunidade, deixou registradas as seguintes palavras: “Essa é a homenagem que o Tribunal presta a vocês responsáveis pela obra que estamos concluindo, oferecendo-lhes oportunidade para que cada um possa apresentar o seu talento representando todos nós.”

Em seguida, foi feita a entrega do Prêmio Servidor para as Melhores Idéias/2002, iniciativa do Núcleo da Qualidade que visa incentivar a participação criativa no processo de aprimoramento da instituição, divulgar idéias fundamentadas nos critérios de inovação, abrangência, exequibilidade e otimização de rotinas e incluí-las no planejamento estratégico da administração.

Os resultados foram surpreendentes: 23 idéias foram inscritas e quinze, entre elas, consideradas viáveis. Eis as propostas vitoriosas: 1º lugar, **Uso de cartões eletrônicos para controle de veículos**, de Luiz de Jesus Ferreira da Silva; 2º, **Como criar valor e gerar resultados com o Balanced Scorecard**, cujos autores foram Anderson Raul Lins Ferreira e Sartre Gonçalves Santos; 3º, **Criação de banco de dados para a mobilização funcional**, de Luiz Alberto Barbosa de Lima.



Servidores, familiares e terceirizados comemoram o Natal.

# VI - Atividades Sociopolíticas





---

## VI - Atividades Sociopolíticas

A par do labor judicante, a Presidência não descuroou o relacionamento com os Poderes da República, com autoridades civis e militares, com membros do corpo diplomático e segmentos da sociedade, destinatária dos seus serviços. Assim, concedeu audiências, a que se somam viagens a diversos Estados da Federação, onde, a convite de instituições, participou de congressos, seminários, homenagens e inaugurações, bem como a participação, no exterior, em simpósios. Além disso, abriu as portas do Tribunal para eventos similares.

### **Audiências**

Foram recebidos, com o apoio da Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas, integrantes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, dos níveis federal, estadual e municipal, assim como titulares de embaixadas (Portugal, Espanha, França, México e Cabo Verde) e autoridades estrangeiras representantes de organizações internacionais (Alemanha, Estados Unidos e Suíça).

### **Inauguração da sede da Seção Judiciária do Paraná**

Em 25 de outubro, a Justiça Federal reuniu-se em Curitiba para, solenemente, inaugurar a sede daquela Seção, que o tempo cuidou de solidificar e à qual o trabalho e a dedicação de todos os magistrados e servidores – aqueles que por ali passaram e os que ali se encontram julgando e prestando serviço administrativo – imprimiram o grau da excelência. Na oportunidade, o Presidente do Superior Tribunal destacou, entre esses, o jurista, professor e juiz federal Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, pois, no seu dizer, seria impossível falar da história do Paraná sem falar na história desse homem – da sua carreira e atuação na magistratura e política –, cujo nome passou a identificar a nova sede da Seção Judiciária do Paraná.

## **IV Mostra Nacional de Trabalhos da Qualidade do Poder Judiciário**

De 27 a 29 de novembro, Recife foi palco da *IV Mostra Nacional de Trabalhos da Qualidade do Poder Judiciário*, realizada no Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Vários órgãos do Judiciário participaram do evento, cujos resultados evidenciaram-se na partilha de idéias e experiências. Diversos trabalhos do Superior foram selecionados para compor os painéis, quais sejam: Gestão Estratégica – o Planejamento em Ação, Integração Judiciária dos Tribunais Federais, Revista Eletrônica de Jurisprudência, Malote Digital e Projeto Museu-Escola/Despertar Vocacional Jurídico.

## **III Encontro Ibero-Americano de Conselhos de Justiça** *O Superior e sua contribuição para a Justiça internacional*

Buscando estabelecer sólido relacionamento com o Judiciário de outras nações, participou o Superior Tribunal de reunião preparatória do *Encontro Ibero-Americano de Conselhos de Justiça*, 12 e 13 de setembro, em La Antigua, Guatemala. O Encontro, na terceira edição, realizou-se em Zacatecas, México, de 23 a 25 de outubro. Nas ocasiões, foi representado pelo Ministro Vice-Presidente, que assinou, juntamente com os representantes dos demais países partícipes, a declaração resultante do último evento.

## **VII Cúpula Ibero-Americana de Presidentes de Cortes Supremas e Tribunais Superiores de Justiça**

Em 2002, aconteceu ainda a reunião preliminar da *Cúpula Ibero-Americana de Presidentes de Cortes Supremas e Tribunais Superiores de Justiça*, também em La Antigua. Participou do evento o Ministro Edson Vidigal como representante desta Corte.

Inédita foi a participação do Tribunal na mencionada Cúpula, em Cancún, México, de 27 a 29 de novembro, já na sétima edição, ocasião em que representou o Brasil e foi signatário do documento final.

Lá, pessoalmente, o Presidente, ao compartilhar a visão internacional da Justiça, teve a oportunidade de frisar, em virtude da crescente interação que hoje ultrapassa fronteiras, a urgência de se promover harmonia entre tribunais estrangeiros e de se criarem programas de cooperação, e o fez com lastro no entendimento de que, se a Justiça irmana a todos, ela também irmana os povos.

Na ocasião, ficou manifesta a preocupação dos Poderes Judiciários ibero-americanos quanto à seleção de juízes, sua formação e capacitação, quanto à criação de escolas da magistratura, métodos de aperfeiçoamento e agilização da Justiça, assuntos em que o Judiciário brasileiro mostrou-se idôneo para oferecer algo aos seus congêneres, preconizando, dessa forma, uma parceria entre os Poderes das nações ali representadas.

## **IV Conferência dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

Ainda na busca de intercâmbio de idéias e experiências, assoma a ida de equipe técnica desta Corte a Cabo Verde, em missão precursora da *IV Conferência dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* – a convite do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça cabo-verdiano e da Ministra da Justiça –, com o propósito de identificar possíveis áreas de cooperação entre o Judiciário do Brasil e o daquela nação. Integraram a comitiva o Secretário-Geral da Presidência, um Assessor da Presidência e o Assessor-Chefe de Articulação Parlamentar. Durante o período de 16 a 23 de novembro, expuseram eles trabalhos a respeito do Poder Judiciário brasileiro, sua organização constitucional, em especial sobre o Superior Tribunal de Justiça; das relações jurídico-governamentais, incluindo-se aí a reforma (propostas e importância) e as relações entre os Poderes; e a respeito das estratégias administrativas e tecnológicas do Judiciário – administração da justiça e modernização dos procedimentos processuais.

Posteriormente, de 9 a 12 de dezembro, como partícipe do referido conclave, o Superior, por sua Presidência, testemunhou o fortalecimento de vínculos com nações irmãs; além do mais, presenciou a inauguração de momento histórico de parceria, o que se traduz, hoje, no compromisso de dar continuidade aos esforços empreendidos. Importante notificar que, em decorrência dessa reunião, os Judiciários de São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique encaminharam correspondência oficial ao Superior Tribunal, na qual solicitaram auxílio no processo de informatização dos seus tribunais – prova de que esta Corte ali expôs uma imagem de instituição moderna, usuária de avançados recursos tecnológicos, apta, por conseguinte, a cooperar com aqueles países.

### **Eventos internos**

#### ***Respirando cidadania***

No mesmo ritmo, não descurou, como dito, o relacionamento com setores da nossa sociedade, mormente com o jurídico, apoiando a realização de eventos voltados para a abordagem e discussão de temas de grande relevância para a conjuntura sociopolítica do Brasil. Dessa forma, sediou seminários, encontros e congressos – nacionais e internacionais –, alguns promovidos por suas próprias unidades, outros pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal e, ainda, por outras instituições.

Mantendo o foco na difusão de uma cultura jurídica e na construção da cidadania, a Presidência participou de vários desses eventos, entre os quais destacam-se:

### **Seminário Roma-Brasília**

Seguindo tradição que se vem fortalecendo no correr dos anos, o Superior abrigou, de 22 a 24 de agosto, o *Seminário Roma-Brasília*, já na décima nona edição. No evento, destacaram-se como temas principais A Corte Internacional de Justiça e o Tribunal Penal Internacional, Justiça não Judiciária, Cortes Internacionais e Globalização e Acesso à Justiça e Jurisdições Especiais. Reuniram-se expertos das duas nações a fim de buscar, à luz dos novos tempos, ordenamentos jurídicos para a convivência harmônica.

### **I Jornada de Direito Civil**

A *I Jornada de Direito Civil*, uma iniciativa do Conselho da Justiça Federal com o apoio do Tribunal, instalou-se em 11 de setembro e estendeu-se até o dia 13 subsequente. No ensejo, acentuou-se a relevante missão das seis comissões incumbidas da tarefa de refletir nos princípios e normas do Código Civil do milênio, bem como a participação de magistrados, advogados, representantes do Ministério Público, professores e estudantes de Direito no cumprimento da ingente tarefa, a fim de que o novo ordenamento fosse recepcionado sem fissuras.

### **I Jornada de Debates sobre o Trabalho Escravo**

Ao longo de dois dias, 24 e 25 de setembro, o Superior recebeu a *Jornada de Debates sobre Trabalho Escravo*, primeira edição, evento de igual modo importante, porquanto permitiu a reflexão sobre a abominável prática e a conseqüente necessidade de uma atuação integrada da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, do Ministério Público da União, da Polícia Federal e do Ministério do Trabalho e Emprego para o combate a esse crime no Brasil. Na oportunidade, os membros do Poder Judiciário foram instados a não ficar indiferentes à exploração de trabalhadores recrutados nas camadas mais necessitadas para serem maltratados e sujeitos a condições subumanas; também a pautar a sua atuação por total repúdio a esse ato condenável.

### **Congresso Internacional de Direito e Tecnologia da Informação**

Outubro ficou marcado com o *Congresso Internacional de Direito e Tecnologia da Informação* em virtude da relevante temática trazida a debate. Magistrados e profissionais da área tecnológica puderam, juntos, ponderar sobre a tecnologia como instrumento eficaz nas mãos de quem distribui justiça a fim de acelerar os passos do processo, gerar economia e atender as necessidades da população.

### **Seminário Internacional Imprensa Investigativa: Sensacionalismo e Criminalidade**

O Seminário, de todo voltado para o debate sobre a ética na prática do jornalismo investigativo, refletiu nas responsabilidades históricas da mídia, da Justiça e do poder público no combate ao crime, distinguindo o papel social de cada um em tal luta. Nessa ótica, a Presidência pontificou acerca dos inconvenientes causados pela imprensa investigativa, que, em face da confusão entre interesse



Ministro Nelson Jobim, do STF, Presidente do STJ, Ministro da Justiça, Ministro Coordenador-Geral da Justiça Federal e Presidente da Associação Brasileira de Imprensa.

público e interesse do público, muitas vezes lança notícias que transcendem a apuração e divulgação dos fatos e, dessa forma, invade o terreno do Judiciário.

O seminário, que durou dois dias, 7 e 8 de novembro, constituiu-se num foro de amplos debates sobre os principais obstáculos que se erigem entre magistrados e jornalistas. Participaram, pois, do evento, conceituados representantes da mídia brasileira e do Poder Judiciário.

### ***Dia Mundial de Combate à Tortura***

Imbuído do seu papel de promover a cidadania, o Superior Tribunal recebeu, no dia 26 de junho, representantes dos Poderes constituídos para a solenidade de adesão do Brasil ao *Dia Mundial de Combate à Tortura*, evento promovido pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos em parceria com esta Corte.

Representando o Judiciário, o Presidente desta Corte afirmou, na abertura do evento, ter chegado o tempo de os Poderes protegerem os direitos do homem. O Presidente chamou a atenção para dois paradoxos hoje vividos pela sociedade brasileira: bandidos que julgam, torturam e executam num ato comissivo e policiais que se transformam em criminosos, sendo necessário, portanto, que seja dada ao cidadão a segurança da lei. “Nessa campanha, o Superior Tribunal de Justiça se engaja de mangas arregaçadas para enfrentar o desafio de participar da construção de uma sociedade sem violência”, afirmou, deixando evidente o seu desejo de que tal dia, no mais curto tempo possível, fosse apenas “um registro histórico e não uma necessidade dos povos”.



Secretário de Direitos Humanos em exercício, Procurador-Geral da República, Vice-Presidente da República e Presidente do STJ.

## **Notícias**

Um dos trabalhos da Assessoria de Imprensa foi mostrar ao cidadão brasileiro a importância do Superior e os serviços que presta à sociedade. Um Tribunal que, com menos de catorze anos de atividade judicante, já ultrapassou a elevada cifra de mais de um milhão de julgados precisa tornar pública a operosidade com que se dedica ao cumprimento da missão constitucional – a de zelar

pela autoridade e uniformidade da lei federal.

Em face disso, foram mantidos contatos permanentes com órgãos da mídia local e nacional, a fim de serem disponibilizadas notícias relativas aos mais diversos temas submetidos à deliberação do Superior Tribunal, mormente os de grande repercussão social, entre os quais se destacam os índices de correção dos contratos da casa própria referentes ao Plano Collor, o caso Coroa-Brastel e a grilagem de terra no Distrito Federal. Mereceu atenção especial da imprensa o movimento dos servidores pelo Plano de Cargos e Salários e o posicionamento do Superior Tribunal quanto à Reforma do Judiciário. Em suma, a Assessoria de Imprensa fez a cobertura de todos os eventos realizados no Superior Tribunal de Justiça e das sessões de julgamento.

É bom frisar que a divulgação do Tribunal alcançou dimensões maiores com o trabalho do núcleo de fotojornalismo: foi feita a cobertura de aproximadamente mil pautas durante o ano e enviado o material produzido para jornais e revistas. Assim, o Superior fez-se ouvir e mostrou o rosto com autenticidade e transparência.

O Presidente travou franco diálogo com a sociedade em uma série de entrevistas a veículos da mídia, entre os quais, o jornal Estado de Minas, a revista Foco, a Rede Record, a Globo, a Rede TV, a TV Cultura e a Rede Amazônica de TV.

### ***Notícias na internet***

Por intermédio do site de notícias do Superior, o país e o mundo tomam conhecimento, quase em tempo real, das decisões aqui proferidas. A divulgação das notícias demonstra o cumprimento de uma das metas estabelecidas pela atual gestão: a transparência institucional. Para se ter uma idéia, desde a posse da nova Presidência até meados de dezembro, foram publicadas, na internet, mais de 1.600 notícias. O interessante é que, a cada dia, o acesso à página do Tribunal cresce. Aliás, assuntos de interesse da sociedade atingem o número de acessos expressivo de quatro a seis mil consultas diárias.

### ***Núcleo de TV***

Na área da comunicação social, meritório o acordo de cooperação firmado entre o Superior Tribunal de Justiça, o Conselho da Justiça Federal e os Tribunais Regionais Federais, o qual criou o Centro de Produção para TV no âmbito do Conselho. Por meio desse empreendimento, tornou-se possível a participação da Assessoria de Imprensa desta Corte no programa *Via Legal* – exibido pela *TV Justiça* e emissoras afiliadas da *TV Cultura* –, o primeiro a ser produzido pelo Centro de Produção de Programas da Justiça Federal para a televisão; é apresentado semanalmente, ensejando à população brasileira acompanhar reportagens sobre questões jurídicas de amplitude nacional. Dessa forma, o Judiciário está aproximando a justiça do povo por meio de linguagem acessível e mais compreensível: é só sintonizar o canal.

### ***Boletim “Informe-se”***

Com periodicidade mensal, o *Informe-se* tem-se consolidado como verdadeira ferramenta de comunicação e integração dos servidores do Judiciário brasileiro. Assim é que a distribuição do jornal, que hoje possui uma tiragem de 1.500 exemplares, abrangeu o Superior e todos os órgãos judiciários do País, além do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Sobressai o fato de que o informativo foi disponibilizado eletronicamente, garantindo, desde o início do ano de 2002, a democratização das informações: ocorreram mais de 45 mil acessos pela internet e mais de 7 mil pela intranet.

## **Acordos**

### ***O Malote Digital e a celeridade da Justiça***

No mês de agosto, o Superior Tribunal e o Supremo Tribunal Federal assinaram termo de cooperação técnica implantando, entre as duas Cortes, o Malote Digital, idéia gerada no Superior cuja finalidade é transferir ao Supremo, a cada dia, via internet, informações sobre processos a ele encaminhados. A partir de então, o procedimento certamente tem imprimido significativa celeridade ao andamento dos feitos.

### ***Na mira da criminalidade sofisticada***

Mais um grande passo da Justiça para enfrentar a criminalidade sofisticada foi o acordo de cooperação técnico-institucional que o Superior Tribunal, juntamente com o Conselho da Justiça Federal e os Tribunais Regionais Federais e respectivas Seções Judiciárias, celebrou com o Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal, com o fim de promover o intercâmbio eletrônico de informações visando à prevenção da criminalidade no país. Em linhas gerais, a parceria compreende o acesso aos sistemas que possibilitem consulta ao cadastro de estrangeiros, passaportes, veículos, a folhas de antecedentes, procurados e impedidos e registro de armas, bem como aos dados da Polícia Criminal Internacional (Interpol), do Sistema Nacional de Informação Criminal (Sinic) e da Integração Nacional de Informação de Justiça e Segurança Pública (Infoseg). Também estarão disponíveis dados sobre inquiridos criminais e contravenções penais instaurados, mandados de prisão, distribuição judicial, decisão definitiva, recolhimento e soltura de sentenciados, tudo em relação a crimes perpetrados no Brasil e no exterior.

O sistema, portanto, vai possibilitar, de um lado, o acesso dos magistrados às informações policiais sobre suspeitos e, de outro, o acesso da Polícia Federal aos processos judiciais. O grande banco de dados estará à disposição, na área federal, de todos os juízes e dos Ministros do Superior Tribunal. Se, antes, para conseguir informações imprescindíveis ao desenrolar de um julgamento, dependia-se da resposta a ofícios por eles expedidos à Polícia Federal, a partir de agora, precisarão tão-só pressionar algumas teclas, e eis as desejadas informações prontas para uso. E tudo do modo mais sigiloso possível.

O acordo, portanto, criou instrumentos eficazes para a prevenção e repressão da criminalidade no Brasil. Ganhou, com isso, o sofrido mas sempre esperançoso povo brasileiro – destinatário dos serviços do Poder Judiciário.

## **Convênios com faculdades**

Atento ao seu compromisso de fortalecer a cidadania, isto é, de contribuir para a educação, direito social cuja promoção é dever do Estado e da família, o Superior, buscando a capacitação profissional e a valorização pessoal, envidou esforços, durante o ano de 2002, para firmar convênios com instituições de ensino superior a fim de possibilitar descontos a servidores e dependentes. Algumas faculdades abraçaram a idéia, a saber: Millennium, Cecap, lesplan e Fiplac. Com certeza, todos ganharam com a parceria.

## **O Superior abrindo caminhos**

### ***Conquistas passo a passo – o triunfo das leis***

No que toca à legislação, não obstante o transcurso de um ano eleitoral, caracterizado por curtíssima sessão legislativa, o Superior Tribunal, por meio da Assessoria de Articulação Parlamentar, acompanhou a tramitação, nas Casas do Congresso Nacional, de 67 proposições, entre as quais se destacam a criação de 183 novas varas federais e a ampliação do nosso quadro funcional com 763 cargos, efetivos e comissionados.

No período, entretanto, as atenções da Presidência estiveram voltadas, especialmente, para a Reforma do Judiciário. Em razão disso, cumpriu programa de visitas oficiais às Casas do Legislativo, à Presidência da República e ao Ministério da Justiça no intuito de abrir caminhos para a consolidação do projeto.

### ***A reforma – o sonho de ontem e de hoje que cria o futuro do Judiciário***

Na cruzada para a reforma do Judiciário, o Superior tem defendido seu ponto de vista Brasil afora, às vezes solitário, porém sem jamais perder a força e a fé, porque sabe que as suas propostas sempre foram e serão em nome do jurisdicionado.

Entre elas, sobressai, primeiramente, o suprimento financeiro, porquanto incabível permanecer o Judiciário na condição de suplicante perante os outros Poderes e ter, em conseqüência, comprometida a sua atuação por falta de recursos.

Contudo esse aspecto constitui somente um dos problemas associados à independência. Assoma, ainda, a discutida questão do controle, em razão da qual se propôs a criação do Conselho Nacional de Justiça, composto apenas de magistrados e com amplos poderes. Ao novo órgão competiria definir e fixar o plano de metas e promover a periódica avaliação do funcionamento do Judiciário, tendo em vista o aumento da eficiência, a racionalização, o incremento da

produtividade e a maior eficácia do sistema, garantindo mais segurança e mais celeridade aos serviços. O Conselho Nacional desempenharia, inclusive, o papel de ouvidor, competente para receber reclamações e denúncias da população. Nessa mesma linha, insere-se a atribuição de poderes correccionais ao Conselho da Justiça Federal, fortalecendo-o como órgão central da Justiça Federal.

Outro ponto cardinal da reforma é a purificação das competências constitucionais. Desde quando, há muito, pensou-se na instituição de um tribunal com as feições do Superior, pensava-se num órgão com a estatura de Corte de instância infraconstitucional, de todo irrecorrível. No entanto, no sistema em vigor, questões atinentes à interpretação e aplicação da lei federal são examinadas também pelo Supremo. Em face disso, as propostas trazem a explicitação das tarefas atribuídas ao Supremo, restringindo a ele a apreciação de recursos que tenham como fundamento matéria unicamente constitucional. Nesse passo, para que se purifique de uma vez por todas o sistema, o esperado é que se crie a Corte Constitucional.

Foi sugerido, ademais, evitar-se o desnecessário e injustificável andamento processual por dois graus ordinários na instância de superposição. De fato, existem hoje até quatro graus de jurisdição. Ora, se se espera a simplificação dos meios recursais como maneira de barrar o caráter quase interminável dos processos, não tem cabimento apoiar uma estrutura que age na contramão da celeridade.

Por outro lado, as proposições sugerem a adoção da súmula vinculante para os casos que chegam ao Superior por atacado. Esse instrumento deverá contribuir para a observância dos princípios da segurança jurídica e da efetividade do processo, bem como para atacar a sobrecarga do Judiciário. A medida investe contra a “indústria de recursos”, que, de modo indiscutível, dificulta a ação da Justiça, emperrando os passos do processo.

Igualmente relevante a adoção do título sentencial em lugar do impiedoso e malsinado precatório. Tal título – de livre circulação no mercado – seria emitido pelo juízo da execução, o que consagraria a eficiência do Judiciário quando impusesse ao Estado sentença condenatória em dinheiro. Seria uma maneira de se realizar a execução um pouco mais voltada para o interesse do credor e, ao mesmo tempo, de satisfazer o julgado sem tardança.

A lista de propostas que visam tornar a Justiça mais eficaz e mais prestante não olvidou o imprescindível aprimoramento dos magistrados brasileiros, sobretudo em razão do dinamismo das relações sociais e da rapidez com que se operam as mudanças na legislação. Para tanto, faz parte do sonho a criação da Escola Nacional da Magistratura ligada ao Superior. Por falar nisso, o Tribunal recebeu do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para uso e administração, um terreno em Brasília, no qual há um prédio, onde será instalada a Escola.

Em todos os pronunciamentos acerca da tão sonhada reforma, a Presidência deixou claro o seu ponto de vista: “que venha a reforma do Judiciário, mesmo que não seja completa, como desejamos. O mais importante é que, mesmo parcial, venha, pois algum progresso é melhor que nenhum”. Lutou-se, por assim dizer, pela votação à parte dos pontos pacificados, consensuais. Conquanto as proposições, até o presente, não tenham sido concluídas, pelo

menos foi possível fornecer ao legislador elementos que lhe inspirassem legislar em conformidade com os anelos do Superior Tribunal.

Por ora, enquanto se aguarda a tardia Reforma, comemora-se a aprovação de relevantes matérias de interesse direto desta Corte, a exemplo das leis que dispõem sobre a remuneração da magistratura e sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Judiciário. Ademais, a liberação de recursos que possibilitaram, além de outras coisas, a renovação do parque computacional (computadores e impressoras de última geração) e da frota de veículos de serviços, a ampliação da capacidade de armazenamento de dados da informática (Storage) e a aquisição de equipamento para a estabilização da energia elétrica (No-Break) e de nova central telefônica. Em especial, destaca-se a organização do acervo do antigo Tribunal Federal de Recursos e o pagamento de todo o restante do passivo trabalhista referente aos 11,98% (URV) – exercícios de 1995, 1996 e 1997 e parcelas restantes correspondentes aos anos de 1994 e 1998. Foram pagos também passivos concernentes a quinquênios, quintos e resíduos de décimos e quintos.

É inegável que essas conquistas representam o triunfo da perseverança, da qual se tem cingido esta Corte na fecunda expectativa de concretizar sonhos ainda maiores.

### ***O Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Judiciário Um dia memorável na história da Justiça brasileira***

O dia 27 de junho foi saudado com muita comemoração pelos servidores do Superior Tribunal de Justiça. Nessa data, o Presidente da República sancionou o projeto de lei que alterou o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Judiciário.

Esta Presidência empenhou-se na negociação para a aprovação do projeto, transformando o tema numa das prioridades da sua gestão. No afã de conseguir o apoio do Legislativo e do Executivo, esteve em audiência com o Presidente da República, o do Senado e o da Câmara dos Deputados. Além disso, manteve diálogos com os Ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão e com o Ministro-Chefe da Casa Civil.

Na verdade, essa conquista se deu graças à insistência obstinada da cúpula do Judiciário e ao empenho conjunto dos presidentes das casas legislativas. Mais do que uma vitória da categoria, a reestruturação da carreira é uma resposta significativa à grande necessidade do Poder – a de valorizar o servidor. Foram expressivas as palavras do Presidente do Superior quando da aprovação da proposta no Senado: “a valorização dos servidores é indispensável para a promoção de seu engajamento natural na missão e nas metas da Justiça; afinal, a qualidade se inicia nas pessoas”.

O reajuste, que variou de 22,37% a 35,18% sobre o vencimento básico, foi o primeiro passo para a implantação gradativa do PCS. A primeira parcela foi paga em junho; as demais serão efetuadas nos próximos três anos, sempre em janeiro.





# VII - Atividades Administrativas





---

## VII - Atividades Administrativas

Grandes esforços envidou a área administrativa, sempre em consonância com a filosofia e objetivos da instituição. Assim é que a Secretaria do Tribunal desenvolveu sua linha de ação para a melhoria da qualidade. Estabeleceu, portanto, a visão estratégica para o biênio 2002/2004 com base em quatro objetivos: prover recursos suficientes, contribuir para a reforma do Judiciário, aproximar a justiça do povo e promover o aprimoramento institucional.

Nesse contexto, as unidades da estrutura da Secretaria foram orientadas a adequar o planejamento às diretrizes da nova gestão e a priorizar suas ações em busca da satisfação do usuário. Para tanto, incluíram nos seus planejamentos metas que efetivamente possibilitassem a minimização dos pontos fracos, a implementação das idéias consideradas viáveis e, ainda, metas de melhoria da qualidade dos serviços.

Para a consolidação dessa visão, foi realizado, em agosto, o Encontro da Secretaria do Tribunal – do qual participaram o Diretor-Geral, os secretários e subsecretários –, cujo resultado foi a construção coletiva de um modelo de gestão alicerçado na abordagem de cidadania organizacional. O modelo assentou os seguintes comportamentos e atitudes, a serem adotados, e o foram, pelos gerentes das Secretarias que compõem a área administrativa:

- estimular a participação dos colaboradores, promovendo descentralização e delegação;
- ser cooperativo e estabelecer parceria com outras unidades;
- estimular a criatividade (ser inovador);
- comprometer-se com os valores da instituição e com a mudança organizacional; manter comunicação ágil e precisa;
- ter foco na satisfação do cliente/foco no resultado;
- agir com eficiência e economicidade;
- exercer a proatividade assumindo responsabilidade;
- gerenciar com base em plano de ação.
-

## Secretaria Judiciária

A Secretaria Judiciária tem-se destacado pelos avanços progressivos nos procedimentos de autuação, classificação e distribuição de processos desde a implantação do Sistema de Gestão da Qualidade pela Norma ISO 9002/94, em 1999, o que, à época, levou o Superior a despontar, no cenário internacional, como o primeiro tribunal a receber aquela certificação. No ano de 2002, em virtude do basilar trabalho dos servidores desta unidade, foi mantida pela Fundação Vanzolini aquela certificação, que ratifica a qualidade e celeridade dos serviços prestados – prova de trabalho sério, compromisso com a visão institucional e mentalidade de equipe.

### ***Apoio aos advogados Uma Corte a serviço da sociedade***

Aproximar a Justiça do povo e atender aos clamores da população significa não somente manter as portas abertas, mas fazer com que essa abertura seja maior. Assim é que, em 2002, o apoio aos advogados cresceu: foram recebidos mais de cinco mil vindos de todos os Estados do país. Além do Protocolo Externo, que permite ao advogado, quando for o caso, entregar documentos sem precisar sair do carro, o Tribunal tem mantido, dentro das dependências, uma sala à disposição desses profissionais com todo o aparato necessário (computadores, impressoras, máquina de datilografia, aparelhos telefônicos, fac-símile, fotocopadora e um acervo jurídico).

O endereço eletrônico [advogado@stj.gov.br](mailto:advogado@stj.gov.br) é mais um canal aberto para a troca de informações entre advogados, escritórios e partes, ferramenta que tem ocasionado maior presteza aos trabalhos.

Ressalte-se que, durante o recesso do Tribunal, a Presidência administra a prestação jurisdicional e recebe os advogados – procedimento ainda não adotado em outros tribunais –, mantendo o foco na satisfação do cliente. Com isso, o crédito e o conceito do Superior têm aumentado e se expandido pelo Brasil afora.

### ***Taquigrafia – modernização e economia***

Em 2002, foi implantada a mídia ótica (CD-ROM) nos trabalhos taquigráficos. Essa inovação trouxe benefícios notáveis para o Tribunal: além de ter promovido a modernização das atividades, concorreu para a celeridade do serviço e para a eliminação do arquivo em papel.

### ***Decisões agora na internet Otimização de rotinas e desburocratização de informações***

A partir do mês de março, as decisões do Superior Tribunal foram disponibilizadas na rede mundial de computadores. A medida de vanguarda coloca à

disposição de advogados e partes, por meio do nosso *site*, os acórdãos aqui exarados, dessa forma otimizando rotinas e eliminando procedimentos burocráticos.

O novo serviço encontrou formas de evitar o deslocamento de pessoas para o simples acompanhamento processual, e isso, com efeito, constitui mais um avanço na concretização de uma justiça acessível.

### **Outras atividades**

Por iniciativa desta Casa, foram promovidos o 3º, o 4º e o 5º *Encontro dos Secretários Judiciários dos Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça, Conselho da Justiça Federal e Supremo Tribunal Federal*, nos quais se trabalhou a padronização de procedimentos em busca da melhoria contínua dos serviços prestados pelo Judiciário.

Em razão do excelente trabalho da equipe de taquigrafia, o Sistema Integrado de Notas Taquigráficas, desenvolvido no Superior Tribunal, foi apresentado no *III Encontro Nacional de Profissionais de Taquigrafia*, evento realizado em Aracaju. Resultado: o sistema foi, a partir daí, levado para diversos órgãos do Poder Judiciário, fato que demonstra estarem as unidades desta Corte empenhando-se em cumprir suas atribuições dentro de uma política de intensificação e aperfeiçoamento de estratégias, de modo a poder compartilhar com outras instituições iniciativas que estão dando certo.

## **Secretaria de Jurisprudência**

Aproximar a Justiça do povo é um objetivo do Superior que envolve múltiplas ações; uma delas é a facilitação de acesso à jurisprudência do Tribunal. Atenta a essa tarefa, a Secretaria de Jurisprudência, durante o ano findo, inseriu na base de dados 51.027 acórdãos, sendo 20.990 principais e 30.037 sucessivos. Além disso, realizou 17.660 pesquisas, entre as quais 2.933 foram solicitadas por advogados e 1.406 por Gabinetes de Ministros.

A interação com os usuários através da internet cresceu significativamente: as solicitações de pesquisa por meio eletrônico alcançaram o total de 12.814. Esses números, ao lado dos 3.397 *e-mails* recebidos e respondidos – com pedidos de inteiro teor e informações sobre o sistema, com dúvidas e sugestões –, demonstram a qualidade dos serviços prestados e a crescente confiança dos usuários no Tribunal.

### **Jurisprudência comparada**

No exercício, consolidou-se a Base de Jurisprudência Comparada como fonte alternativa de pesquisa. Na intranet e internet, estão disponíveis 152 temas já analisados, com a exposição da jurisprudência convergente ou divergente, acompanhada dos respectivos precedentes (acórdãos e decisões monocráticas), além da indicação de decisões ainda não publicadas, extraídas do Informativo de

Jurisprudência. A medida, sem dúvida, contribuiu para a melhoria da prestação jurisdicional, uma vez que tem permitido ao cidadão, de modo geral, enxergar, mais rapidamente, a interpretação da lei. Foi disponibilizado, ainda, formulário de solicitação de tema. A página tem recebido em torno de 1.300 acessos diários.

Não há negar que o reconhecimento da mídia eletrônica como repositório oficial de jurisprudência, além de ser uma medida de vanguarda, implica redução dos custos financeiro e operacional e representa a democratização do acesso à informação. À medida que a informação estiver disponível nos quatro cantos do Brasil, estará, de fato, a Justiça acessível a todos os cidadãos. E não só isso; estará mais operante para reparar o dano e mais presente para evitar a impunidade.

## **Secretaria de Documentação**

Com o propósito de consolidar a sua imagem de Tribunal da Cidadania, o Superior, por meio da Secretaria de Documentação, promoveu eventos internos, ocasiões em que expôs a história da sua criação, a sua missão e filosofia, tudo visando levar o cidadão a conhecer melhor a Justiça brasileira. Impossível estar dentro do Superior e fora da cidadania.

### ***O Despertar Vocacional Jurídico Definindo e fortalecendo a vocação***

Relevante conquista da Secretaria foi o lançamento, no dia 17 de setembro, do projeto *O Despertar Vocacional Jurídico*, proposta pioneira na administração pública federal, com o fim de propiciar a estudantes do ensino médio que se consideram vocacionados para o estudo do Direito contato com a atuação de profissionais que integram a comunidade jurídica do Superior Tribunal, assim contribuindo para definir e fortalecer a vocação.

Tal projeto se fundamentou na percepção de que alguns estudantes, não tendo a visão clara a respeito da carreira, ao vislumbrarem o futuro, percebem não ter feito a escolha compatível com suas aptidões e expectativas. Mormente na área do Direito, cujas carreiras correspondentes revestem-se de graves responsabilidades, é essencial, ainda no ensino médio, esclarecer da melhor forma os candidatos a elas.

Em face dessas considerações, *O Despertar Vocacional Jurídico* trouxe importante contribuição para, ao menos, minimizar o problema, pois tem permitido aos estudantes vivenciar o dia-a-dia do Tribunal, acompanhando o trabalho dos advogados, procuradores e ministros que aqui desenvolvem as suas atividades. Isso também lhes tem proporcionado o conhecimento acerca do Superior Tribunal de Justiça, a sua missão e importância no cenário jurídico nacional.

Compareceram à solenidade de instalação estudantes, representantes do Ministério da Educação, da Secretaria de Educação do Distrito Federal e de escolas públicas e privadas, além de servidores do Tribunal. Na palavra de abertura, o Presidente, ao realçar a importância do projeto, expressou-se: "... munidos



Da esquerda para a direita: Secretária de Documentação, Diretor-Geral, Ministro Presidente, Secretário-Geral da Presidência e Assessora de Ministros Aposentados.

do instrumental teórico e da observação da prática, os jovens estudantes do segundo grau estarão mais bem preparados para fazer uma escolha consciente. E uma opção baseada menos na opinião e mais no conhecimento da realidade aproveita a todos: ao estudante, à sua família, à sociedade.”

A Assessoria de Imprensa, na oportunidade, registrou a opinião de alguns alunos a respeito do programa:

“Essa é uma iniciativa que o Exe-

cutivo e o Legislativo deveriam tomar, para

que os estudantes pudessem conhecer melhor os Poderes.” *Aline Nunes*

“Hoje eu pude ter uma noção melhor do que é a Justiça.” *Letícia Santos*

“Eu fiquei surpreso com tudo o que é feito aqui no STJ.” *Rômulo Pereira*



Presidente cumprimenta participantes do projeto.

### ***A Trajetória da Justiça Brasileira Um percurso na história***

Num somar de esforços, o Superior Tribunal de Justiça, o Supremo Tribunal Federal, os Tribunais Superiores, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e o Conselho da Justiça Federal proporcionaram aos jurisdicionados a magna oportunidade de adentrarem o Judiciário para conhecê-lo por meio da mostra *A Trajetória da Justiça Brasileira*, evento realizado de 25 de setembro e 23 de outubro, no Espaço Cultural desta Corte.

Arquitetado pela Divisão de Memória Cultural, por meio do Museu do Tribunal, em ditosa parceria com o Núcleo de Programação Visual, com as Secretarias Judiciária e de Informática, com o Gabinete do Ministro Diretor da Revista e com a Assessoria de Imprensa, o evento foi uma decorrência do projeto *Museu-Escola*, durante cuja execução constatou-se algo preocupante: entre os 7.000 alunos do ensino médio que dele participaram em 2001, grande foi a falta de conhecimento sobre a Justiça brasileira, e elevado o índice de dúvidas, mormente quanto à sua estrutura organizacional. Nasceu, portanto, com os objetivos de apresentar aos visitantes a estrutura organizacional do Judiciário, instruí-los sobre a missão e competência dos órgãos participantes e demonstrar-lhes a evolução do processo de julgamento. Em outras palavras, aproximar mais a Justiça do

povo, mostrando a ele a sua face por inteiro, para muitos ainda desconhecida.

Acerca do projeto, que interagirá com o *Museu-Escola* e com *O Despertar Vocacional Jurídico*, ressaltou o Ministro Presidente, na solenidade de abertura: “Esperamos colaborar na formação de um sentimento mais denso de justiça. Na verdade, é preciso conhecer mais para mais confiar. Como confiaria alguém numa instituição supondo-a, preconceituosamente, uma fortaleza inatingível, um mero depósito de normas jurídicas? Como confiaria alguém no Judiciário supondo-o um aglomerado de circunspectas autoridades que aplicam tais normas como se cumprissem uma tarefa mecânica?”

A exposição, que reuniu documentos históricos e raros, fotografias, processos antigos, *banners* informativos, semeou germens de conscientização, de mudança de mentalidade e do despertar vocacional.

### ***Biblioteca com novos produtos na intranet e na internet***

A fim de facilitar os trabalhos de pesquisa, a Biblioteca Ministro Oscar Saraiva ampliou, em 2002, os serviços *on-line*. Aos produtos já disponíveis para consultas eletrônicas – Catálogo da Biblioteca, Guia do Usuário e Sistemas de Atos Oficiais – foi acrescido o *Clipping* de Legislação, com a finalidade de divulgar, diariamente, o texto integral dos principais atos oficiais publicados nos Diários da Justiça e Oficial da União, reduzindo, de modo considerável, o lapso temporal entre a publicação dos textos e a sua circulação nos recantos mais distantes do Brasil. Além disso, a página passou a oferecer o ícone Artigos Jurídicos, por meio do qual se divulga o sumário do último número de revistas jurídicas selecionadas pela Biblioteca; e Sistema de Atos Oficiais do TFR, que disponibiliza os atos oficiais emanados do extinto Tribunal Federal de Recursos.

## **Secretaria de Administração e Finanças**

Em 2002, a Secretaria de Administração e Finanças buscou, em consonância com a política da gestão, reduzir custos e imprimir celeridade ao atendimento.

### ***Orçamento de 2002***

#### ***Créditos orçamentários***

Não obstante o contingenciamento orçamentário, a dotação autorizada, já com os créditos suplementares, nas ações de Precatórios Judiciais, Pessoal e Encargos Sociais e no Projeto de Informática possibilitou os seguintes pagamentos:

- os provenientes das Leis nº 10.474/02 (remuneração dos Magistrados) e nº 10.475/02 (reestruturação da carreira dos servidores do Judiciário);

- as despesas de exercícios anteriores: todo o restante do passivo trabalhista de 11,98%, referente aos exercícios de 1995, 1996, 1997
- e parcelas restantes correspondentes aos anos de 1994 e 1998; remuneração de magistrados – PAE e redutor de teto –; quinquênios, quintos, opção 55% DAS e 70% FC e resíduos de décimos e quintos;
- os referentes a equipamentos de rede, servidores e microcomputadores.

### **Créditos adicionais**

- Para imprimir maior efetividade à execução do orçamento de 2002, foi necessária a aprovação de dezesseis créditos adicionais – oito com dependência de autorização legislativa e oito autorizados na lei orçamentária anual –, sendo parte desses créditos com fonte de recursos indicada pela Secretaria de Orçamento Federal/MPOG e parte por remanejamento de recursos, no total de R\$ 57.356.210,00.

A implementação desses créditos possibilitou um acréscimo nos recursos destinados à Assistência Médica e Odontológica (R\$ 3.630.000,00), ao Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 54.829.678,00), assim como à realização de outros investimentos (R\$ 5.200.000,00): modernização do parque computacional, renovação de acervo bibliográfico, expansão da rede de eletricidade, aquisição de *No-Break* e organização do acervo do antigo Tribunal Federal de Recursos.

### **RESUMO DOS CRÉDITOS APROVADOS E DA LIMITAÇÃO DE EMPENHO**

	<b>PESSOAL</b>	<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>PRECATÓ-</b>	<b>CRÉDITO AUTORIZA- DO</b>
Lei nº 10.407/02	259.126.072	69.681.500	3.185.321	331.992.893
Créditos Suplementares	54.829.678	2.108.000	418.532	57.356.210
Cancelamento	(50.000)	(8.112.000)		(8.162.000)
Suplementação	54.879.678	10.220.000	418.532	65.518.210
<b>TOTAL</b>	<b>313.955.750</b>	<b>71.789.500</b>	<b>3.603.853</b>	<b>389.349.103</b>

#### **Execução orçamentária e financeira de 2002**

A execução do orçamento, incluídos os valores inscritos em Restos a Pagar, foi de R\$ 384.306.561,78 – o equivalente a 99,89% do crédito autorizado –, sendo R\$ 66.876.860,14 relativos a Outras Despesas Correntes e Capital, R\$ 313.955.750,00 a Despesas com Pessoal e Encargos Sociais e R\$ 3.473.951,64 referentes a Precatórios.

Para melhor compreensão dos fatos que nortearam o exercício de 2002, a seguir estão destacadas informações atinentes à execução orçamentária:

- a limitação de empenho imposta pela Lei Complementar nº 101/2000 inibiu a execução total do orçamento, uma vez que ficou contingenciado o valor de R\$ 4.628.000,00;
- os créditos suplementares que recompuseram parte do orçamento do projeto de modernização do Superior Tribunal e o crédito de pessoal só foram aprovados no final do mês de dezembro, fato que impediu sua total execução no exercício financeiro de 2002 e impôs a necessidade de inscrição, em Restos a Pagar, dos saldos não executados;
- foi transferido para o Conselho da Justiça Federal, através de Destaque, o valor de R\$ 28.470,00, a fim de cobrir as despesas, de responsabilidade do Tribunal, com o acordo de cooperação que instituiu o Centro de Produção para TV da Justiça Federal;
- foi disponibilizado o montante de R\$ 407.000,00 mediante solicitação da Secretaria de Orçamento Federal – MPOG, para atender déficit orçamentário de outros órgãos da União.

#### Execução orçamentária 2002

Grupos de Despesa	Crédito Autorizado Lei 10.407/02 (A)	Limitação de Empenho (B)	Crédito Final após Limitação de Empenho C = (A - B)	Valores Pagos (D)
Pessoal	313.955.750,00	-	313.955.750,00	312.969.190,38
Outras Despesas Correntes e de Capital	71.789.500,00	4.628.000,00	67.161.500,00	53.340.222,95
Precatórios	3.603.853,00	-	3.603.853,00	3.273.951,64
Total	389.349.103,00	4.628.000,00	384.721.103,00	369.583.364,97

Grupos de Despesa	Valores Inscritos RP (E)	Total Liquidado F = (D + E)	% Liquidado sem Crédito Final E = (F)/(C)	Crédito não Executado
Pessoal	986.559,62	313.955.750,00	100,00	-
Outras Despesas Correntes e de Capital	13.536.637,19	66.876.860,14	99,58	284.639,86
Precatórios	200.000,00	3.473.951,64	96,40	129.901,36
Total	14.723.196,81	384.306.561,78	99,89	414.541,22

Os recursos financeiros de 2002 transferidos para 2003, referentes aos Créditos em Circulação, totalizaram R\$ 16.460.096,73, suficientes para cobrir todas as despesas inscritas em Restos a Pagar.

### ***Renegociação de contratos***

Registrou-se, no exercício, uma economia de R\$ 2.213.167,64; em 2001, a economia foi de R\$ 924.000,00. O que explica essa variação é o comportamento do indicador econômico utilizado para reajustar os contratos IGP-DI, que aumentou significativamente no período.

### ***Programa interno de conservação de energia elétrica***

O que se viu, nesta Secretaria, foi uma verdadeira guerra aos custos. O programa de conservação de energia, implementado em 1996, a partir do monitoramento e controle permanente do consumo de energia, gerou, apesar do aumento da carga originalmente instalada e dos aumentos de tarifas ocorridos de abril daquele ano a dezembro de 2002, uma economia, em valores atualizados, de R\$ 2.932.062,02, o que representa uma redução de 10.948.937 kwh.

### ***Sistema de Compras Eletrônicas Melhores preços e maior transparência***

Engajada no processo de busca da excelência, a Secretaria extrapolou as expectativas de refinamento das bases de trabalho com a implantação do sistema eletrônico de compras, que ensejou a realização do primeiro pregão do Tribunal. Graças a uma parceria com o Banco do Brasil, o qual disponibilizou o sistema sem qualquer ônus, gerou-se uma economia interna de aproximadamente R\$ 104.000,00, valor orçado à época para terceirização do desenvolvimento do sistema.

Iniciativa pioneira entre os tribunais localizados no Distrito Federal, o sistema visa garantir maior competitividade entre os fornecedores e, conseqüentemente, melhores preços para a administração. Por outro lado, a sociedade pode acompanhar a relação de compras a serem feitas por dispensa de licitação (art. 24, II, da Lei nº 8.666/93), gerando-se, com isso, maior confiança em face da transparência nos procedimentos administrativos.

### ***Sistema Administra – otimização das rotinas de trabalho***

O aprimoramento da instituição se intensificou com os inúmeros projetos executados. Entre eles, destaca-se a implantação do Sistema Administra na Divisão de Suprimentos, na de Patrimônio e na de Compras, o qual tornou possíveis, por meio eletrônico, as requisições de material e solicitações de aquisição. Ao evitar o deslocamento de servidores até essas unidades, o sistema funciona como um legítimo instrumento de integração dos segmentos administrativos do Tribunal.

### ***Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG***

O Superior firmou acordo de cooperação técnica com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a adoção do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, ferramenta utilizada pelo Poder Exe-

cutivo que dispõe de alguns subsistemas, a saber: o Comprasnet, que permite a realização de pregão eletrônico, o Sistema de Cadastro de Fornecedores (em nível nacional) – SICAF, o Sistema de Catálogo de Materiais e Serviços – CATMAT/CATSER, o Sistema de Contratos – SICON, o Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras – SIDEC e o Sistema de Preços Praticados – SISPP.

O Tribunal já está utilizando o SICAF e o SISPP: o primeiro facilita a participação de empresas nas licitações e, como se trata de cadastro em nível nacional, dispensa a emissão de certificados de registro cadastral pelo Tribunal; o segundo permite consultar os preços praticados no âmbito da administração pública e compará-los com os preços obtidos pelo Superior.

### ***Comunicação com economia***

Em cumprimento à Resolução n.º 04/02, foi implantado o controle de ligações para celulares, que representavam cerca de 65% do valor mensal gasto pelo Tribunal com ligações telefônicas. O percentual caiu para 25%. De janeiro a junho de 2002, o custo médio mensal com ligações foi avaliado em torno de R\$ 64.000,00; atualmente, está em R\$ 21.000,00.

### ***Trabalho especializado com redução de custo***

Inovação no setor de cópias reprográficas: a prestação de serviços aos Gabinetes dos Ministros foi inteiramente terceirizada, medida que reduziu os gastos em torno de 50%. O equilíbrio da balança trouxe um saldo positivo para o Tribunal: de um lado, o significativo percentual economizado; de outro, o atendimento especializado, feito por profissionais treinados para esse fim.

## **Secretaria de Recursos Humanos**

### ***Um Tribunal voltado para o servidor***

No erguimento do Judiciário que sonhamos, a cada dia mais bem delimitado, mais firmemente arraigado nos valores perenes da Justiça, o servidor é a régua e o esquadro, elementos importantes e indispensáveis à sua construção. Em face disso, a diretriz básica seguida pela Secretaria de Recursos Humanos em 2002 foi investir ainda mais no pessoal, promovendo a integração entre funcionários e fomentando o espírito de equipe. Para tanto, realizou uma série de eventos culturais, cívicos e educativos.

### ***Programa de Desenvolvimento Gerencial Continuado – PDGC***

Se o Superior preocupou-se em traçar caminhos para alcançar o cidadão, a sociedade brasileira e o mundo, também esteve dentro de suas prioridades o fortalecimento do corpo funcional. Nesse intento, desenvolveu um quadro de ações dentro do qual merece destaque o curso gerencial a distância *Harvard Managementor (on-line)*, de que participaram gerentes das diversas Secretarias do Tribunal.

Mas não foi só isso: a Secretaria também ofereceu um curso sobre habilidades gerenciais, cuja tônica foi a formação técnica e gerencial básica para a liderança de equipes, e desenvolveu o projeto *Clube de Líderes*, realizado de março a maio, que abordou temas de suma importância – Desenvolvimento de Equipes, Gerência Participativa, Comunicação, Gerenciamento do Tempo e Habilidade Política.

Digno de nota foi o *Projeto Gerência Organizacional*, lançado no dia 30 de setembro, no auditório externo do Tribunal, ocasião em que o Prof. Ruy de Alencar Mattos, referência nacional em recursos humanos – escritor e diretor da Empresa de Consultoria Organizacional –, proferiu palestra sobre cidadania organizacional. Com o objetivo maior de capacitar os gerentes do Superior para a gestão estratégica, que visa ao melhor aproveitamento das equipes e à interdependência das funções setoriais para o alcance dos resultados da organização, o programa foi desenvolvido com base no modelo de gestão pactuado pela Secretaria do Tribunal.

O projeto foi estruturado em dois módulos: Desenvolvendo Habilidades Comportamentais e Construindo o Pensamento Estratégico, tendo sido formadas, em 2002, seis turmas do primeiro módulo, das quais participaram 180 gerentes.

### ***Treinamentos técnico-operacionais***

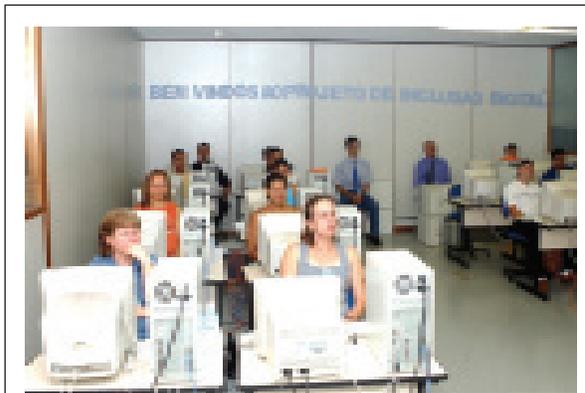
Foram efetuados treinamentos para servidores de diversas unidades – Gabinetes, Coordenadorias, Secretarias, Comissões Permanentes de Ministros e Núcleo de Revisão e Redação da Presidência –, que versaram sobre os seguintes temas: Regimento Interno, Análise Sintática e Pontuação, Diagramação, Leitura e Produção de Textos, ICMS, Contas a Pagar e a Receber, Pregão Presencial e Eletrônico, Mídia Digital, Equipes Cooperativas, Aperfeiçoamento em Perícia Odontológica, Supervisão Técnica do Programa Alvorecer, Processo de Treinamento e Desenvolvimento, Excelência no Atendimento ao Público, Radiocomunicação e Documentoscopia, Elaboração de Indicadores de Desempenho Organizacionais, entre outros.

### ***Programa Cidadania Organizacional***

Manancial de ações socioculturais, políticas e históricas, o Superior Tribunal vem recebendo da sociedade, merecidamente, a inscrição de Tribunal da Cidadania. Todavia sua significativa contribuição no processo de conscientização política e social não acontece só das portas para fora: em 2002, foi implantado o *Programa Cidadania Organizacional*, com o objetivo de promover eventos que contribuam para uma vida melhor do servidor, tanto na perspectiva individual quanto na coletiva. Realizaram-se, então, a palestra *Inteligências Múltiplas* e a conferência *Cidadania Organizacional*.

### **Projeto de Inclusão Digital – o Superior no combate à exclusão**

Inserido no Programa *Cidadania Organizacional*, o projeto *Inclusão Digital* foi instalado no dia 5 de dezembro, resultado de uma parceria entre a Secretaria de Recursos Humanos e a de Informática, com o objetivo de fornecer conhecimentos básicos de informática a servidores e funcionários de empresas terceirizadas, utilizando-se mão-de-obra voluntária do próprio Tribunal. O projeto tem-se mostrado como um verdadeiro combate, dentro das nossas dependências, à chamada exclusão digital. É válido ressaltar que a SDRH pensa na expansão do projeto em 2003: atender os dependentes de servidores e, se possível, ir além, o que significa comprar a causa social, tentando alcançar as comunidades carentes do Distrito Federal.



*Clientes do Projeto Inclusão Digital.*

### **Programa Qualidade de Vida**

Seguindo a tendência de grandes empresas nacionais e internacionais, o Superior Tribunal de Justiça conta com o *Programa Qualidade de Vida*, iniciativa da Secretaria de Recursos Humanos em parceria com a Secretaria de Serviços Integrados de Saúde implantada há mais de dois anos. Buscando melhorar a disposição e o rendimento profissional, o projeto proporciona aos servidores momentos de relaxamento e descontração, representando, na verdade, rica oportunidade de integração. Existem opções para todos os gostos e idades: de exercícios físicos – ginástica, alongamento, caminhada – a programas socioculturais – apresentações artísticas, palestras, filmes, momentos musicais.

### **Programa de Escolarização**

#### **Supletiva**

Outro expressivo triunfo do Superior no cumprimento do seu papel de promover a cidadania foi a formatura das duas primeiras turmas de ensino supletivo. No dia 5 de dezembro, parentes e amigos de cinquenta formandos, vinte e dois alunos do ensino médio (nove servidores e treze terceirizados) e vinte e oito do ensino fundamental (vinte e seis servidores e dois terceirizados), lotaram o auditório externo para prestigiar a primeira solenidade de formatura do *Programa de Escolarização*



*Presidente do Tribunal, autoridades administrativas e formandos.*

### *Supletiva.*

A abertura da cerimônia foi feita pelo Ministro Presidente, que, na oportunidade, parabenizou os alunos, bem como os professores – servidores voluntários –, por terem, num grande ato de cidadania, contribuído para a concretização do sonho de muitos. E aos formandos dirigiu as seguintes palavras: “Nunca é tarde para realizarmos nossa vontade. O importante é não desistir.”



*Abertura da cerimônia de formatura dos participantes do programa.*

### **Outras atividades**

Esta Secretaria prestou consultoria na área de recursos humanos a diversas unidades do Tribunal, elaborando diagnósticos, acompanhando os gerentes no estabelecimento das metas necessárias para a melhoria do desempenho gerencial e realizando as pesquisas *Perfil de Competências Gerenciais* e *Clima Organizacional*.

## **Secretaria de Serviços Integrados de Saúde**

As atividades da Secretaria compreendem atendimento odontológico, médico (curativo, preventivo, emergencial e pericial), fisioterápico, psicoterápico e nutricional, além de assistência social e enfermagem. A assistência é dada aos Ministros, servidores e respectivos dependentes. Em caráter emergencial, também são atendidos os trabalhadores terceirizados e visitantes.

### ***A prevenção como melhor alternativa***

Em 2002, além do Exame Periódico de Saúde – EPS, programa que se destaca pelo caráter preventivo e educativo, foram realizadas a campanha preventiva de vacinação contra gripe e a de detecção de diabetes e hipertensão arterial. A Seção de Enfermagem, especificamente, efetivou importante trabalho: fez o levantamento do número de pacientes com diagnóstico de diabetes mellitus e hipertensão arterial, num total de 192 servidores e terceirizados, a fim de se desenvolverem ações para o acompanhamento sistemático desses pacientes.

### ***VI Semana de Saúde e IV Semana de Segurança Uma parceria que deu certo***

A *VI Semana de Saúde* foi realizada simultaneamente com a *IV Semana de Segurança*, no período de 18 a 21 de novembro. Na abertura, houve o pronunciamento do Presidente, do Secretário de Serviços Integrados de Saúde e do Secretário de Segurança e Apoio aos Ministros, os quais elogiaram a iniciativa da parceria. A idéia parece ter sido aceita por unanimidade, pois, durante os quatro

dias, cerca de 1.500 pessoas visitaram os estandes montados nas dependências do Superior Tribunal.

A área de saúde desenvolveu, no período, um trabalho preventivo, cujo tema foi o estresse, com o objetivo de minimizá-lo, evitando doenças emocionais e orgânicas. Para isso, foram realizadas palestras, atividades práticas e serviços, tais como: aferição da pressão arterial, dosagem capilar de glicose e colesterol, medição da pressão ocular e avaliação do estado nutricional. Já a Segurança promoveu atividades voltadas para a interação e o serviço, por meio de palestras e práticas visando à mudança de comportamento. Destacaram-se as atividades de recadastramento de veículos, simulação de abandono do prédio, exercício de rapel, além de demonstrações de cães amestrados da Polícia Militar.

### ***Programas de assistência social***

A Secretaria deu continuidade a alguns projetos já instalados, como prevenção e tratamento da dependência química; visitação hospitalar, para conhecer a realidade social dos servidores e dependentes quando internados, prestar-lhes apoio, orientação e auxílio na superação de dificuldades que venham a interferir no restabelecimento da saúde; e saúde mental, que está promovendo, além do atendimento clínico, atividades coletivas – grupo de conscientização corporal, que trabalha a integração sensorial, cognitiva e motora, e grupo de pais, que promove a discussão e troca de experiências a respeito da criação de filhos.

## **Secretaria de Informática**

Visando, com o seu aprimoramento, contribuir para a construção de um Judiciário condizente com os anseios do povo, o Superior, de todo voltado para a celeridade e eficiência dos serviços, também tem estado atento aos avanços tecnológicos e lançado mão dos recursos daí advindos.

### ***Revista Eletrônica de Jurisprudência A Justiça a cada dia mais transparente***

No momento em que se discutem problemas e benefícios da chamada globalização, em que se torna necessária a adoção de políticas transparentes de intercâmbio de idéias, o Superior Tribunal desponta com a instalação, no dia 2 de setembro, da Revista Eletrônica de Jurisprudência, página certificada que disponibiliza o inteiro teor dos acórdãos no site da instituição.

Na solenidade, o Presidente ressaltou duas inegáveis vantagens do novo sistema: a democratização de acesso às informações desta Corte e a celeridade conferida aos procedimentos judiciais. Com o novo sistema, membros do Ministério Público, magistrados e advogados não mais precisam solicitar cópia autenticada dos acórdãos, nem os redigitar quando for preciso citá-los; bastará imprimir aqueles de seu interesse, os quais já sairão autenticados.

Ademais, por meio do novo serviço, o Superior sai mundo afora e chega às cortes e órgãos internacionais, podendo não só dizer bom-dia, Brasil, mas também, boa-tarde, Europa, e boa-noite, Japão.

### ***Malote Digital***

#### ***A desburocratização do processo judiciário***

No mês de agosto, foi instalado o Malote Digital, idéia vencedora do Prêmio Servidor que trata do trâmite de informações processuais, via eletrônica, entre tribunais, dispensando a redigitação de dados já presentes nas bases de um órgão. O sistema, hoje, permite transferir ao Supremo, a cada dia, via internet, informações sobre processos encaminhados àquela Corte, acelerando significativamente o andamento dos feitos.

Levando-se em conta o elevado número de processos que tramita anualmente na Justiça – só no Superior, em 2002, foram distribuídos mais de 155 mil –, pode-se avaliar o benefício que o novo procedimento trará em termos de economia de tempo e de recursos humanos. Para se ter uma idéia da celeridade que o malote imprimirá ao andamento processual, é válido observar o que acontece a cada processo que chega à Justiça: após recebido, passa por três etapas: a autuação, em que são digitadas as informações básicas – nomes das partes, unidade federativa, etc. –; em seguida, a classificação, na qual é definido o assunto principal; e, depois, a distribuição, única fase feita eletronicamente. Com o Malote, as duas etapas manuais foram eliminadas: o Superior envia tudo pronto para o Supremo, que apenas fará a distribuição do recurso e incluirá novas informações, como o nome do relator.

O procedimento já foi adotado também nos Tribunais Regionais Federais da 1ª e 4ª Regiões e está em fase de implantação nas demais Regiões e nos Tribunais de Justiça.

### ***Código de barras para leitura de processos***

#### ***O Tribunal na era digital***

Fez parte da reforma no plano interno do Tribunal a implantação da tecnologia de código de barras no Protocolo, sistema que passou a permitir a leitura automática dos principais dados do processo, gerando praticidade, economia de tempo e otimização do trabalho.

### ***Sistema Push***

#### ***Acompanhamento de processos on-line***

O Sistema Push continuou facilitando o acesso dos advogados e do público às informações processuais e à jurisprudência. Uma vez cadastrados, passam a receber, por via eletrônica, o andamento dos feitos do seu interesse, os informativos de jurisprudência e notícias do Tribunal.

### ***Sistema SIGA***

Idéia também vencedora do Prêmio Servidor, o SIGA foi instalado com o objetivo de permitir a gestão completa dos chamados abertos pelos usuários da rede de teleinformática do Tribunal. Na sua nova versão, o sistema, além de possuir ferramentas para a identificação da natureza dos problemas reincidentes,

permite à Secretaria, em todos os níveis hierárquicos, rastrear os passos de um trabalho até a sua conclusão.

### ***Projetos lançando raízes***

Relevantes empreendimentos lançam promissoras raízes. Está em fase de estudo a transformação do *clipping* da Imprensa, hoje produzido manualmente, em eletrônico, mudança que permitirá a democratização da informação por meio da intranet: a partir dessa instalação, todo o corpo funcional do Superior – mais de dois mil servidores – poderá ter uma visão exata da repercussão dos julgados desta Corte na mídia impressa, bem como das mais importantes notícias acerca do Judiciário.

Destaca-se também a Rede de Certificação Digital do Superior, legítimo cartório virtual que dará validade, via internet, aos documentos emitidos, procedimento ainda efetuado por empresa terceirizada.

Visando, também, ao exercício de uma justiça plena, é projeto da Casa celebrar convênios de cooperação para se remeter o Boletim de Jurisprudência aos juízes de 1º grau por meio eletrônico ou postal, a par da idéia nascente de alcançar todos os municípios brasileiros mediante quiosques informatizados.

Indiscutivelmente, a informatização do processo judicial foi uma das principais razões da redução dos custos da justiça para a sociedade. Porque assim pensa, o Superior, afinado com a modernização, vem demonstrando sua capacidade de acompanhar as mudanças sociais, de renovar-se e de aperfeiçoar os procedimentos sem receio de ousar o inusitado.

## **Secretaria de Segurança e Apoio aos Ministros**

### ***Uma missão que envolve trabalho com discrição***

Graças ao trabalho desta Secretaria, tem-se desfrutado de tranqüilidade e segurança, mas investir em medidas que assegurem a ordem dos trabalhos e o bem-estar dos que aqui labutam nunca é demais. Por isso, como se não bastassem as atividades já desenvolvidas – entre elas, o controle de acesso às dependências do Tribunal, a formação da Brigada de Incêndio, a supervisão e controle dos estacionamentos externos –, em 2002, incluíram-se novas diligências, a saber: a ampliação do sistema de circuito fechado de TV – CFTV, modernizando o sistema de gravação (tecnologia digital); a divulgação de fôlder e cartilhas de segurança e prevenção de acidentes; a instalação de estação repetidora de radiocomunicação na Academia Nacional de Polícia para aumentar a capacidade de comunicação em VHF (rede de segurança do Tribunal); a instalação dos alarmes de abandono nas dependências do Tribunal; a confecção do crachá para prestadores de serviço e entregadores; e, sobretudo, a finalização do projeto para instalação de sistema localizador e imobilizador de veículos via satélite.

O trabalho de bastidores da Secretaria de Segurança e Apoio aos Ministros tem sido um exemplo de eficiência; mesmo feito em silêncio, é impossível não se verem os resultados no dia-a-dia.

## Outras atividades da Secretaria do Tribunal

### ***Núcleo de Programação Visual – arte, eficiência e qualidade***

Por meio do Núcleo de Programação Visual, a Secretaria do Tribunal desenvolveu projetos gráficos institucionais, promocionais e editoriais, além de ter dado assessoramento em questões afins a unidades que mantêm contratos com firmas prestadoras de serviços nessa área.

Os materiais produzidos foram os mais variados, num total de 595 trabalhos: criações com arte, desde a disposição gráfica do Relatório de Atividades 2000/2002 até a elaboração de cartazes, filipetas, convites e painéis decorativos relativos a eventos promovidos pelo Superior.

Com efeito, a comunicação visual tornou-se um grande aliado desta Corte na promoção da sua imagem, na integração social e na disseminação de políticas de *marketing*.

### **Assessoria Técnico-Jurídica**

À área jurídica coube a análise dos processos administrativos e judiciais de interesse direto da administração. Transitaram pela área mais de 450 administrativos, versando sobre os mais variados assuntos – licitações e contratos, disciplina, direitos e deveres dos servidores –, além de terem sido formuladas consultas jurídicas em expedientes apartados.

Outrossim, a atuação da área jurídica foi marcada pelo fornecimento de subsídios às Procuradorias da Advocacia-Geral da União, quando a pertinente ação envolvia interesse do Tribunal. Auxiliou, ainda, na elaboração de atos presidenciais referentes a regulamentações de direitos e serviços de interesse dos servidores ou da administração, bem como coordenou a elaboração de projetos de lei de interesse da Presidência do Tribunal.

Por outro lado, a Área de Organização e Métodos desenvolveu, junto às Coordenadorias das Turmas, Seções e Corte Especial, trabalhos de identificação e busca de solução de entraves ao bom desempenho das atividades, simplificação de rotinas e leiaute. Por sinal, elaborou o Manual de Procedimentos do Gabinete da Ministra Eliana Calmon e prestou informações em processos de revisão de proventos, com base em reestruturações orgânicas promovidas pelo Tribunal. Como membro do Conselho da Qualidade, atuou na análise crítica dos sistemas implantados na Secretaria Judiciária e no Gabinete do Diretor da Revista e participou de auditorias internas nas áreas certificadas, visando à manutenção das certificações alcançadas pelo Tribunal. Importante notificar também que, como integrante do Núcleo de Normatização dos Sistemas da Qualidade, coube-lhe elaborar e manter atualizadas as instruções de trabalho, codificar os documentos normativos do Sistema da Qualidade, analisar criticamente a documentação quanto ao Sistema da Qualidade e aos requisitos da Norma ISO 9002 e aprovar propostas de elaboração e alteração de documentos. No exercício de 2002, essas atividades foram desenvolvidas para a adequação dos sistemas implantados, tendo sido mantida a certificação, igualmente para a certificação da Subsecretaria de Orçamento e Finanças.

O Núcleo da Qualidade, por seu turno, desenvolveu, entre outras, as seguintes atividades: coordenação do Planejamento Estratégico do Tribunal, tendo elaborado, validado e divulgado a visão estratégica para o biênio 2002/2004, e adoção e manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade por meio do monitoramento dos sistemas implantados na Secretaria Judiciária e no Gabinete do Ministro Diretor da Revista. Sobressai, ainda, o intercâmbio de informações com outras instituições de forma intensa: o Núcleo foi procurado, no período, por diversas instituições (TRT da 8ª Região/PA, TRT da 15ª Região/SP, TC do Tocantins, TST, Câmara dos Deputados e Ministério da Justiça de Portugal) desejosas de conhecer as ações desenvolvidas por esta Corte.

## **Secretaria de Controle Interno**

### ***Legalidade, economicidade e eficácia***

Tendo por missão assegurar a boa e regular aplicação dos recursos públicos no âmbito do Tribunal, a Secretaria de Controle Interno desempenhou o papel fundamental de zelar, com precisão, pelos princípios de uma boa administração, voltando-se para a gestão dos valores, direitos, bens e dotações consignadas no orçamento público do Tribunal.

Assim é que, na observância da legalidade, economicidade e eficácia, realizou a fiscalização contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional através dos procedimentos de análise e de auditoria.

Dentro desse quadro de ações, prestou assessoria contínua à administração com o propósito de, tempestivamente, oferecer, no que concerne às normas regulamentares, as orientações necessárias ao processo de tomada de decisões. Contudo a atuação desta Secretaria não se limitou a essa esfera; procedeu, minuciosamente, aos exames da documentação comprobatória das despesas realizadas, efetuou auditorias com enfoque na avaliação operacional e de desempenho, sem prejuízo da verificação da legalidade e buscou a excelência na prestação dos serviços mediante a capacitação dos seus servidores por meio de treinamentos e cursos.

# VIII - Conclusão





---

## VIII - Conclusão

Cada capítulo é uma parte da história do Superior em 2002, do seu saudável crescimento e da eficácia das suas ações. Com efeito, o ano foi direcionado para a organização interna, para o reaparelhamento e atualização tecnológica. Procurou-se investir nas instalações dos gabinetes e dos órgãos julgadores com o propósito de, em 2003, imprimir-se modernidade, maior presteza e melhor qualidade ao julgamento de processos.

Empenhada, dessa forma, em tornar mais ágeis e mais eficazes os julgamentos, a Presidência está propondo, a mais, voltar os olhos para a atividade-fim, e tal procedimento, em consequência, exigirá adaptações e correções de rumos. Preocupação outra não há senão com a excelência dessa atividade, dirigida para a razão principal do Tribunal – a de zelar pela guarda das leis e tratados federais, com isso garantindo os direitos do cidadão.

É certo que impera, no coração de cada integrante desta Corte, o sonho maior, a vontade teimosa de viver um Judiciário soberano, agente de uma justiça célere, acessível e efetiva, uma justiça que satisfaça os anseios dos jurisdicionados e exalte a nação. Essa é a causa pela qual todos devem continuar lutando.



Anexo I - Estatística Processual

I - Pedidos de suspensão de decisões, suspensões de segurança e petições decididas pelo Ministro Presidente - Ano 2002

Decisões Meses	Disponíveis		Em andamento		Em julgamento		Em recurso																
	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	
Jan	1	1																					
Fev	1	1																					
Mar	4	1																					
Abr	1	4																					
Mai	1	1																					
Jun	1	1																					
Jul	4	1																					
Ago	1	1																					
Set	1	1																					
Out	1	1																					
Nov	1	1																					
Dez	1	1																					
Total	41	41																					

Fonte: Estatísticas do Poder Judiciário.  
 1º e 2º - 1º e 2º graus de instância; 3º e 4º - 3º e 4º graus de instância; 5º e 6º - 5º e 6º graus de instância; 7º e 8º - 7º e 8º graus de instância; 9º e 10º - 9º e 10º graus de instância; 11º e 12º - 11º e 12º graus de instância; 13º e 14º - 13º e 14º graus de instância; 15º e 16º - 15º e 16º graus de instância; 17º e 18º - 17º e 18º graus de instância; 19º e 20º - 19º e 20º graus de instância; 21º e 22º - 21º e 22º graus de instância; 23º e 24º - 23º e 24º graus de instância; 25º e 26º - 25º e 26º graus de instância; 27º e 28º - 27º e 28º graus de instância; 29º e 30º - 29º e 30º graus de instância; 31º e 32º - 31º e 32º graus de instância; 33º e 34º - 33º e 34º graus de instância; 35º e 36º - 35º e 36º graus de instância; 37º e 38º - 37º e 38º graus de instância; 39º e 40º - 39º e 40º graus de instância; 41º e 42º - 41º e 42º graus de instância; 43º e 44º - 43º e 44º graus de instância; 45º e 46º - 45º e 46º graus de instância; 47º e 48º - 47º e 48º graus de instância; 49º e 50º - 49º e 50º graus de instância; 51º e 52º - 51º e 52º graus de instância; 53º e 54º - 53º e 54º graus de instância; 55º e 56º - 55º e 56º graus de instância; 57º e 58º - 57º e 58º graus de instância; 59º e 60º - 59º e 60º graus de instância; 61º e 62º - 61º e 62º graus de instância; 63º e 64º - 63º e 64º graus de instância; 65º e 66º - 65º e 66º graus de instância; 67º e 68º - 67º e 68º graus de instância; 69º e 70º - 69º e 70º graus de instância; 71º e 72º - 71º e 72º graus de instância; 73º e 74º - 73º e 74º graus de instância; 75º e 76º - 75º e 76º graus de instância; 77º e 78º - 77º e 78º graus de instância; 79º e 80º - 79º e 80º graus de instância; 81º e 82º - 81º e 82º graus de instância; 83º e 84º - 83º e 84º graus de instância; 85º e 86º - 85º e 86º graus de instância; 87º e 88º - 87º e 88º graus de instância; 89º e 90º - 89º e 90º graus de instância; 91º e 92º - 91º e 92º graus de instância; 93º e 94º - 93º e 94º graus de instância; 95º e 96º - 95º e 96º graus de instância; 97º e 98º - 97º e 98º graus de instância; 99º e 100º - 99º e 100º graus de instância.



## 3 - Processos registrados - Competência do Ministro Presidente - Ano 2002

Classes de Feitos Meses	ANO 2002 III											Total	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov		Dez
Jan	12												12
Fev	71	1											72
Mar	10												10
Abr	123												123
Mai	52												52
Jun	20												20
Jul	27												27
Ago	105												105
Sep	143												143
Out	20												20
Nov	42												42
Dez	173												173
<b>Total</b>	<b>1.074</b>												<b>1.074</b>

Para mais informações consulte o Relatório de Atividades do Ministério Público Federal em Brasília, no endereço eletrônico: [www.mpf.gov.br](http://www.mpf.gov.br).  
 Para mais informações consulte o Relatório de Atividades do Ministério Público Federal em Brasília, no endereço eletrônico: [www.mpf.gov.br](http://www.mpf.gov.br).  
 Para mais informações consulte o Relatório de Atividades do Ministério Público Federal em Brasília, no endereço eletrônico: [www.mpf.gov.br](http://www.mpf.gov.br).

10 - Competência do Ministro Presidente - Ano 2002

#### 4 - Despachos diversos proferidos pelo Ministro Presidente junto à Secretaria Judiciária - Ano 2002

Mês	Despachos	Processos	Partições	Ofícios	Talões	Total
Janeiro					7	7
Fevereiro					11	11
Março	18		57	5	16	96
Abril	30		147	6	13	196
Mai	27		70	3	25	125
Junho	22		32	2	7	63
Julho	4		17	9	145	175
Agosto	11		59	9	18	127
Setembro	37		19		12	68
Outubro	27		27	3	42	159
Novembro	11		3	3		17
Dezembro	35		99	1	32	167
<b>Total</b>	<b>222</b>		<b>620</b>	<b>41</b>	<b>328</b>	<b>(1)131</b>

Fonte: Gabinete da Secretaria Judiciária.

Notas: Ministério Nelson Nazare: Presidência a partir de 31/12/2002. Vice-Presidente até 31/12/2002.

Ministro Paulo Costa Leite: Presidência até 31/12/2002.

(1) Computados 24 despachos e indicações proferidos no exercício da Presidência.

Ministro Nelson Nazare: 2.

Ministro Nelson Nazare: 201.

Ministro Antônio de Fátima Número 1.

5 - Despachos proferidos pelo Ministro Vice-Presidente - Ano 2002

Pretos	Compartes	ME	NO	A. g. ME	C. g. g. g.		Total
					Participação	Processos	
ACC							
ACT		161		412	11	11	162
ACTE					11	11	11
ACTA				6	121	1	128
ACTI		1			1	1	2
ACTJ		200		122	29	1	352
ACTK		2					2
ACTL		40		12		1	52
ACTM							
ACTN							
ACTO							
ACTP							
ACTQ							
ACTR		12		14	12	1	112
ACTS							
ACTT							
ACTU							
ACTV							
ACTW							
ACTX							
ACTY							
ACTZ							
ACTAA							
ACTAB							
ACTAC							
ACTAD							
ACTAE							
ACTAF							
ACTAG							
ACTAH							
ACTAI							
ACTAJ							
ACTAK							
ACTAL							
ACTAM							
ACTAN							
ACTAO							
ACTAP							
ACTAQ							
ACTAR							
ACTAS							
ACTAT							
ACTAU							
ACTAV							
ACTAW							
ACTAX							
ACTAY							
ACTAZ							
ACTBA							
ACTBB							
ACTBC							
ACTBD							
ACTBE							
ACTBF							
ACTBG							
ACTBH							
ACTBI							
ACTBJ							
ACTBK							
ACTBL							
ACTBM							
ACTBN							
ACTBO							
ACTBP							
ACTBQ							
ACTBR							
ACTBS							
ACTBT							
ACTBU							
ACTBV							
ACTBW							
ACTBX							
ACTBY							
ACTBZ							
ACTCA							
ACTCB							
ACTCC							
ACTCD							
ACTCE							
ACTCF							
ACTCG							
ACTCH							
ACTCI							
ACTCJ							
ACTCK							
ACTCL							
ACTCM							
ACTCN							
ACTCO							
ACTCP							
ACTCQ							
ACTCR							
ACTCS							
ACTCT							
ACTCU							
ACTCV							
ACTCW							
ACTCX							
ACTCY							
ACTCZ							
ACTDA							
ACTDB							
ACTDC							
ACTDD							
ACTDE							
ACTDF							
ACTDG							
ACTDH							
ACTDI							
ACTDJ							
ACTDK							
ACTDL							
ACTDM							
ACTDN							
ACTDO							
ACTDP							
ACTDQ							
ACTDR							
ACTDS							
ACTDT							
ACTDU							
ACTDV							
ACTDW							
ACTDX							
ACTDY							
ACTDZ							
ACTEA							
ACTEB							
ACTEC							
ACTED							
ACTEE							
ACTEF							
ACTEG							
ACTEH							
ACTEI							
ACTEJ							
ACTEK							
ACTEL							
ACTEM							
ACTEN							
ACTEO							
ACTEP							
ACTEQ							
ACTER							
ACTES							
ACTET							
ACTEU							
ACTEV							
ACTEW							
ACTEX							
ACTEY							
ACTEZ							
ACTFA							
ACTFB							
ACTFC							
ACTFD							
ACTFE							
ACTFF							
ACTFG							
ACTFH							
ACTFI							
ACTFJ							
ACTFK							
ACTFL							
ACTFM							
ACTFN							
ACTFO							
ACTFP							
ACTFQ							
ACTFR							
ACTFS							
ACTFT							
ACTFU							
ACTFV							
ACTFW							
ACTFX							
ACTFY							
ACTFZ							
ACTGA							
ACTGB							
ACTGC							
ACTGD							
ACTGE							
ACTGF							
ACTGG							
ACTGH							
ACTGI							
ACTGJ							
ACTGK							
ACTGL							
ACTGM							
ACTGN							
ACTGO							
ACTGP							
ACTGQ							
ACTGR							
ACTGS							
ACTGT							
ACTGU							
ACTGV							
ACTGW							
ACTGX							
ACTGY							
ACTGZ							
ACTHA							
ACTHB							
ACTHC							
ACTHD							
ACTHE							
ACTHF							
ACTHG							
ACTHH							
ACTHI							
ACTHJ							
ACTHK							
ACTHL							
ACTHM							
ACTHN							
ACTHO							
ACTHP							
ACTHQ							
ACTHR							
ACTHS							
ACTHT							
ACTHU							
ACTHV							
ACTHW							
ACTHX							
ACTHY							
ACTHZ							
ACTIA							
ACTIB							
ACTIC							
ACTID							
ACTIE							
ACTIF							
ACTIG							
ACTIH							
ACTII							
ACTIJ							
ACTIK							
ACTIL							
ACTIM							
ACTIN							
ACTIO							
ACTIP							
ACTIQ							
ACTIR							
ACTIS							
ACTIT							
ACTIU							
ACTIV							
ACTIW							
ACTIX							
ACTIY							
ACTIZ							
ACTJA							
ACTJB							
ACTJC							
ACTJD							
ACTJE							
ACTJF							
ACTJG							
ACTJH							
ACTJI							
ACTJJ							
ACTJK							
ACTJL							
ACTJM							
ACTJN							
ACTJO							
ACTJP							
ACTJQ							
ACTJR							
ACTJS							
ACTJT							
ACTJU							
ACTJV							
ACTJW							
ACTJX							
ACTJY							
ACTJZ							
ACTKA							
ACTKB							
ACTKC							
ACTKD							
ACTKE							
ACTKF							
ACTKG							
ACTKH							
ACTKI							
ACTKJ							
ACTKK							
ACTKL							
ACTKM							
ACTKN							
ACTKO							
ACTKP							
ACTKQ							
ACTKR				</			

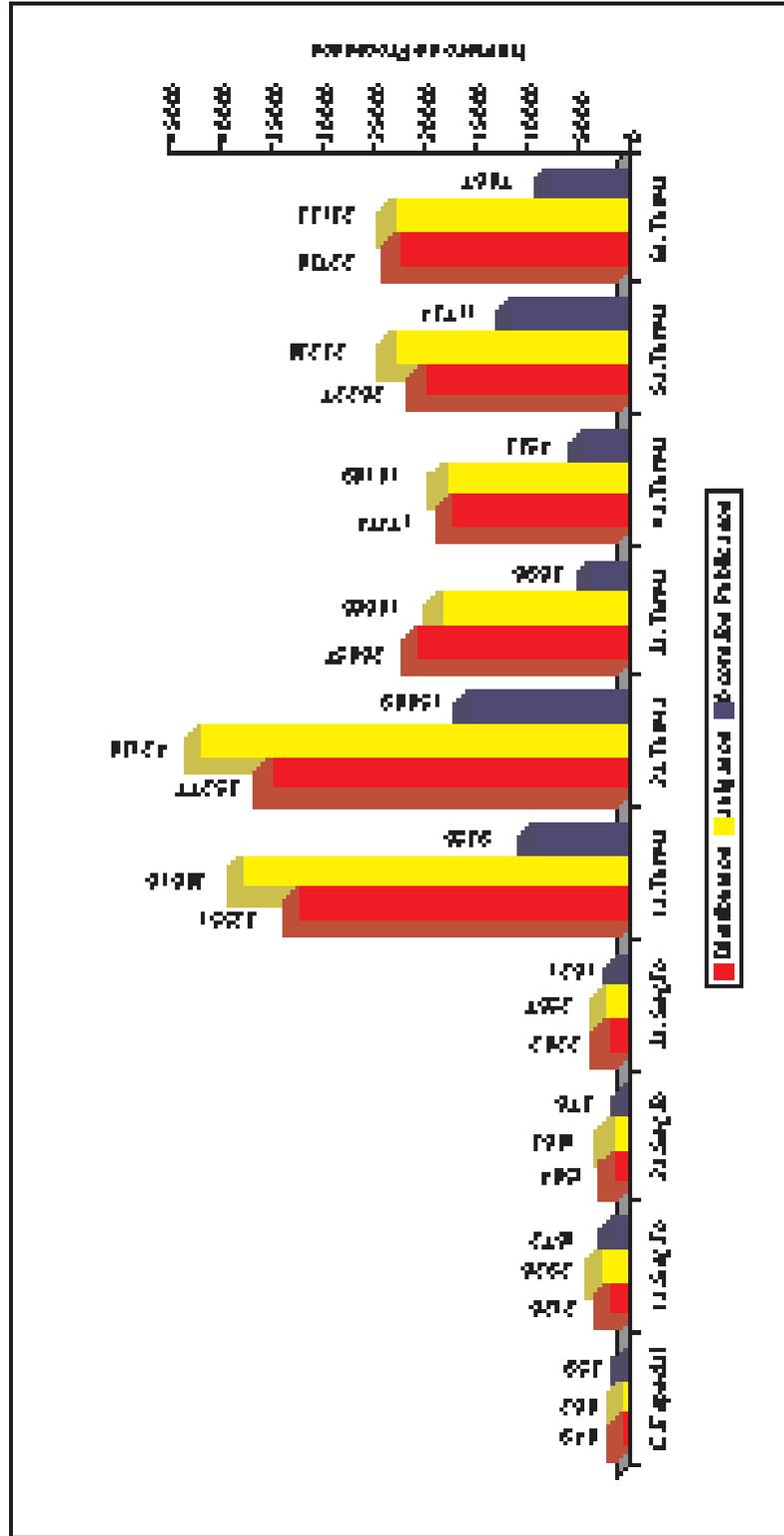






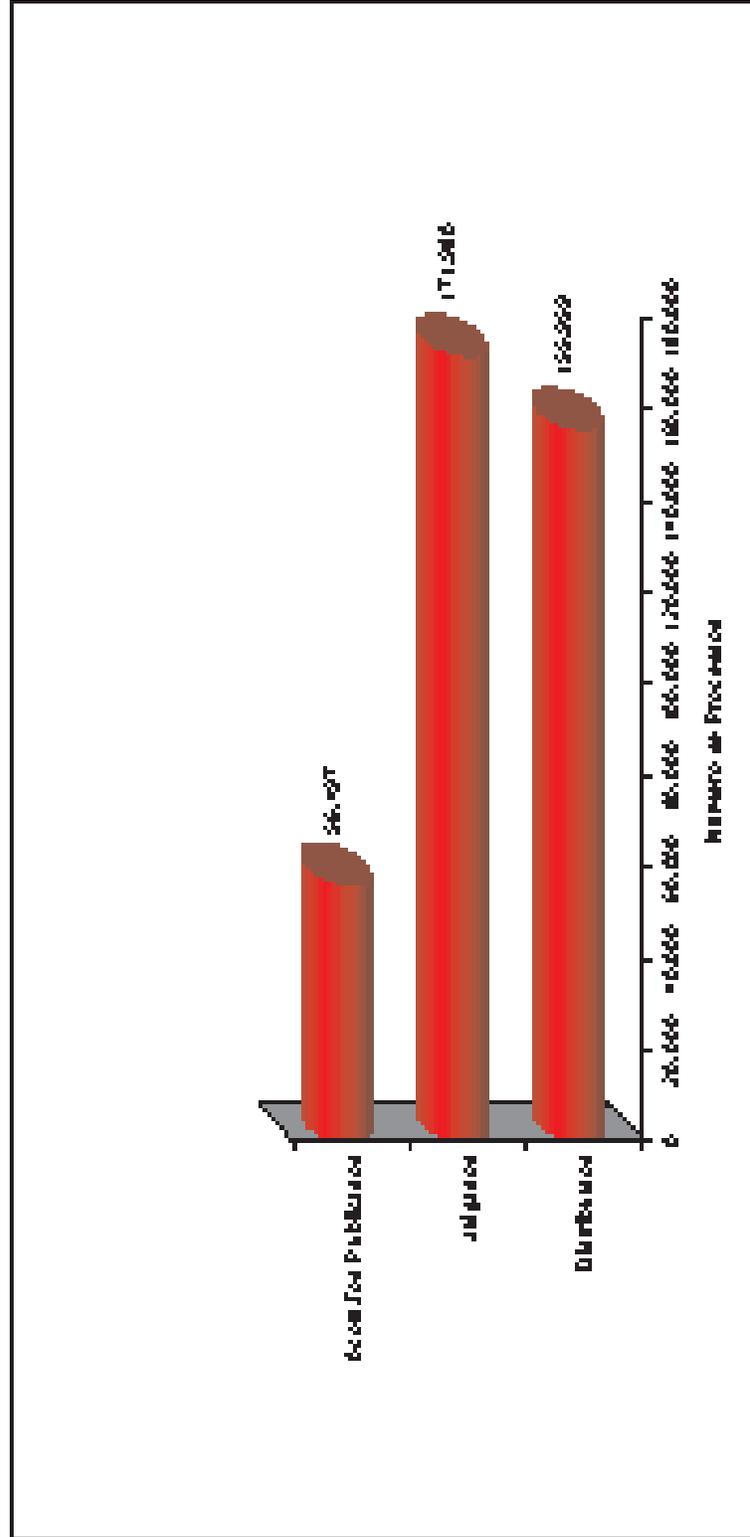


### 10 - Processos distribuídos, julgados e acórdãos publicados na Corte Especial, Seções e Turmas - Ano 2002



Podem ser observados os dados estatísticos de distribuição e julgamento de processos em todas as instâncias da estrutura do Poder Judiciário Brasileiro. Os dados são apresentados em formato de tabela dinâmica, permitindo a visualização dos dados em diferentes níveis de detalhamento. Para mais informações, consulte o relatório de atividades em: [http://www.stj.jus.br/relatorio](#)

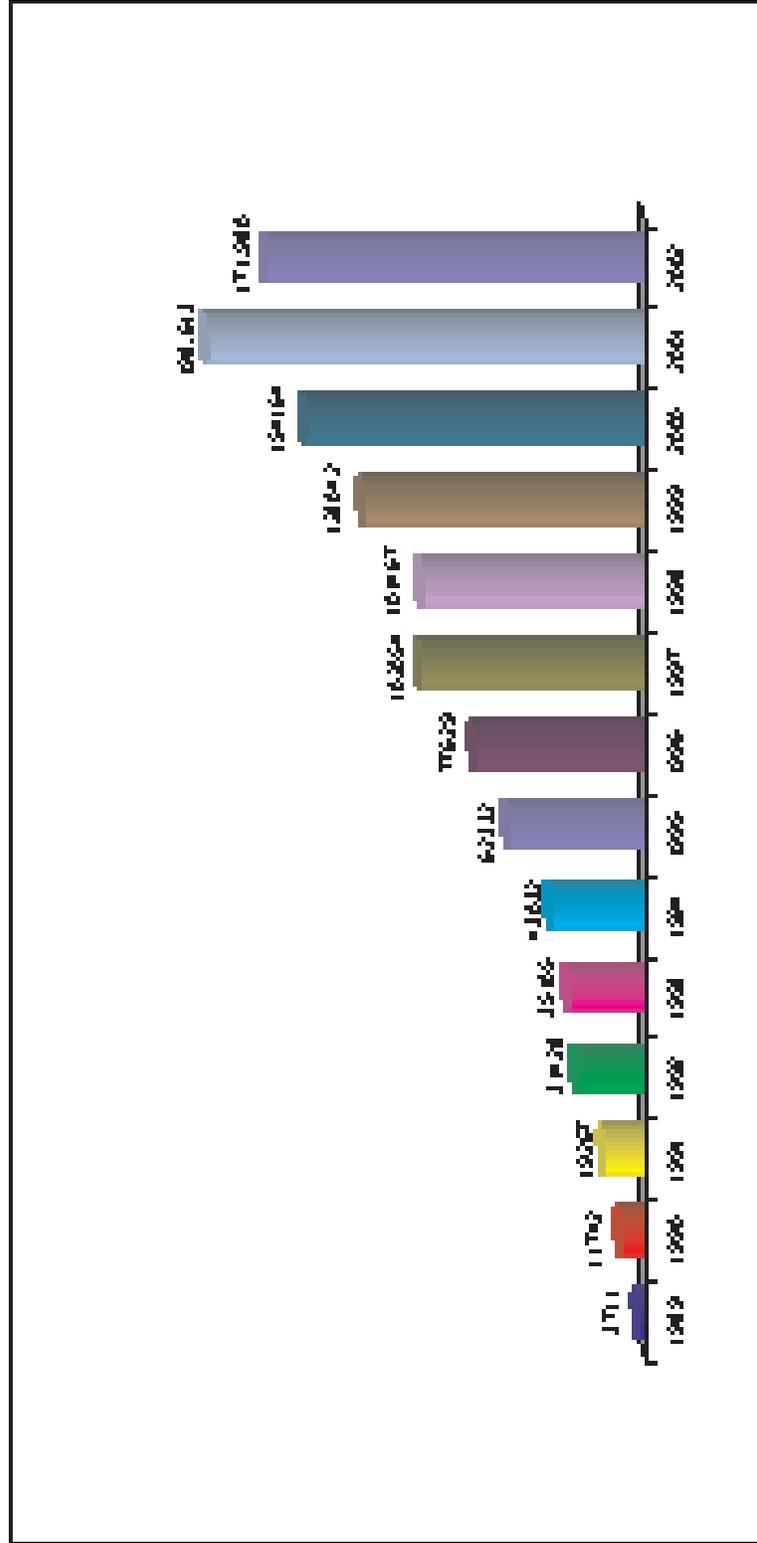
II - Processos distribuídos, julgados e acórdãos publicados - Ano 2002



Fonte: Subsecretaria de Administração Judiciária do Poder Judiciário do Brasil - Conselho Superior do Poder Judiciário - Secretaria de Planejamento e Estatística - 2003



13 - Processos julgados (crescimento) - período de 7/4/1989 a 31/12/2002



Fonte: Cade, com base em dados fornecidos pelo STJ. O crescimento dos processos julgados no STJ é decorrente da criação de novos órgãos e tribunais, bem como da criação de novos processos.

14 - Processos distribuídos, julgados e pendentes de julgamento no período de 7/4/1989 a 31/12/2002

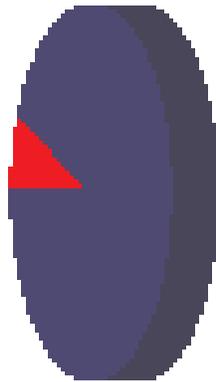
Processos Anos	Processos distribuídos	Processos julgados	Processos pendentes de julgamento	Processos pendentes de julgamento	
				Processos	%
1989	4.82	262	262	5.44	11.25
1990	14.87	262	262	17.63	11.25
1991	22.32	262	262	26.21	11.25
1992	22.32	262	262	26.21	11.25
1993	22.32	262	262	26.21	11.25
1994	22.32	262	262	26.21	11.25
1995	22.32	262	262	26.21	11.25
1996	22.32	262	262	26.21	11.25
1997	22.32	262	262	26.21	11.25
1998	22.32	262	262	26.21	11.25
1999	22.32	262	262	26.21	11.25
2000	22.32	262	262	26.21	11.25
2001	22.32	262	262	26.21	11.25
2002	22.32	262	262	26.21	11.25
T otal	189.379	1.017.616	1.017.616	18.94%	11.25%

Este relatório foi elaborado com base nos dados constantes no sistema de processamento de dados do STJ, em 31/12/2002. Os dados são apresentados em milhares de processos, exceto quando especificado em contrário.



16 - Processos julgados e pendentes de julgamento  
 Período: 7/4/1989 a 31/12/2002

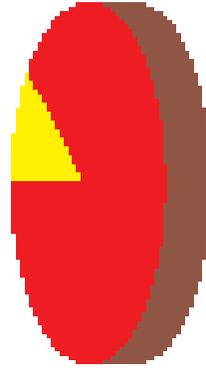
Processos julgados  
 14.324  
 16,3%



Processos pendentes de julgamento  
 74.676  
 83,7%

17 - Agravos regimentais e embargos de declaração julgados  
 Período: 7/4/1989 a 31/12/2002

Embargos de declaração  
 116.710  
 12,2%



Agravos regimentais  
 843.290  
 87,8%

Fonte: Subsecretaria de Administração Judiciária e Organização Judiciária do Poder Judiciário - Conselho Nacional de Justiça - Conselho Superior de Estatística Judiciária

## 18 - Processos com vista ao Ministério Público em 31/12/2002

Feitos	Total
ΔB	+18
ΔPh	+
ΔR	53
Cat	1
CC	+86
EAR	1
EREsp	+1
ExVend	6
H C	1186
IF	3
IJ	1
Inq	31
MC	+7
MS	96
N C	57
Pd	51
Rcl	+3
REsp	2615
RHC	608
RMS	317
RO	5
Rp	26
Rv Cr	1
Total	6097

Fonte: Secretaria de Informática.



## Anexo II - Agenda da Presidência

### Audiências concedidas pelo Presidente

- Dr. Mário de Souza Figueiredo, Procurador-Geral do Estado do Pará (2/1);
- Dr. Aloísio Xavier de Albuquerque, Advogado (7/1);
- Dr. Djalma Terra Araújo (7/1);
- Sr. Roberto Policarpo – SINDJUS (8/1);
- Dr. Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná (8/1);
- Dr. Ricardo Trade (10/1);
- Dr. Luiz Felipe Chagas de Carvalho, Advogado (10/1);
- Dr. Edson Américo Machini, Procurador-Geral do Estado do Acre (11/1);
- Desembargador Leônidas Duarte Monteiro, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (11/1);
- Deputado José Edmar de Castro Cordeiro, PMDB/DF (11/1);
- Conselheiro Carlos Pina, Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (4/2);
- Ana Emília Cordelle Alves, Secretária dos Negócios Jurídicos do Município de São Paulo (4/2);
- Dr. Celso Mori, Advogado (4/2);
- Juiz Flávio Dino, Presidente da Ajufe (4/2);
- Desembargador José Augusto de Souza, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, acompanhado pelo Desembargador José Fernandes Filho (7/2);
- Dr. Roberto Caldas, Advogado do Sindicato dos Previdenciários do Rio de Janeiro (15/2);
- Dr. José Roberto Savoia, Secretário de Previdência Complementar (15/2);
- Dr. Rodrigo Lopes, Secretário de Estado de Defesa do Consumidor – Rio de Janeiro (18/2);
- Diretores da ASSTJ (18/2);
- Ministros Celso Lafer, das Relações Exteriores, e Gilmar Mendes, Advogado-Geral da União (18/2);
- Deputado Federal Francisco Garcia, PFL/AM (21/2);
- Desembargador Carlos Alberto Dutra Cintra, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (21/2);
- Dr. Mozart de Siqueira Campos Araújo, Diretor-Presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF (21/2);
- Dr. João Pedro Gouvêa Vieira Filho, Presidente do Sindicato Nacional das

Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes – Sindicom, e Dr. Paulo Borgerth, Vice-Presidente Executivo (21/2);

- Dr. Miguel Angelo Farage de Carvalho, Procurador-Geral do Distrito Federal, acompanhado do Subprocurador Murilo Nobre e do Chefe-de-Gabinete Nei Natal (18/2);
- Juiz Flávio Dino, Presidente da Ajufe (28/2);
- Sr. Eliseu Augusto de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Corretores de Seguros Privados do Distrito Federal (4/3);
- Drs. Joelson Dias e Cecília Pereira, da Comissão de Direitos Humanos da OAB (4/3);
- Dra. Ana Maria Reis, Advogada (4/3);
- Dra. Sandra Couto, Procuradora do Estado do Amazonas (5/3);
- Dr. Fabiano Machado, da Faculdade de Direito da PUC/RS (5/3);
- Desembargador Carmo Antônio de Souza, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (5/3);
- Sra. Tereza Cristina, Gerente da CEF – Posto de Serviço do STJ (5/3);
- Deputado Federal Vadão Gomes, PPB/SP (6/3);
- Senador Nabor Júnior, PMDB/AC, acompanhado de representantes de partidos do Acre – PMDB, PFL, PPB e PL (7/3);
- Dr. José Roberto de Moraes, Assessor do Procurador-Geral do Estado de São Paulo (7/3);
- Dr. Maurício Eduardo Sá de Ferrante, Procurador-Geral do DER/PR e Assessor Jurídico da Secretaria de Planejamento do Estado do Paraná (7/3);
- Sr. Francisco Carlos de Sá, Presidente do DCE da Universidade Paulista – Campus Brasília (12/3);
- Drs. Eduardo Pizarro Carnelos e Flávio Yarshell, respectivamente, Presidente e Diretor Cultural da Associação dos Advogados de São Paulo (13/3);
- Dr. Jeremias Ferreira Bispo, Assessor do Tribunal Superior Eleitoral, acompanhado do Sr. Sebastião Messias (13/3);
- Ministro Carlos Alberto Marques Soares, do Superior Tribunal Militar (13/3);
- Dr. Estênio Campelo, Advogado (14/3);
- Dr. Reginaldo Oscar de Castro, Advogado (14/3);
- Dr. João Cunha, Advogado (14/3);
- Dr. Fernando Orotavo Neto, Advogado (14/3);
- Dr. Edson Guilherme Haubert, Vice-Presidente do Instituto Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas, acompanhado da Diretoria do Mosap (18/3);

- Sr. Antonio Alcides de Assis Carvalho, Presidente da ASSTJ (18/3);
- Desembargador Francisco Xavier, do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (18/3);
- Drs. Eugênia Albernaz e Celso Mori, Advogados (18/3);
- Dr. Ronaldo Lessa, Governador do Estado de Alagoas (20/3);
- Dr. Rodrigo Meyer Bornholt, Advogado (21/3);
- Sr. José Levy Fidélis, Presidente Nacional do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (21/3);
- Dr. Orpheu Salles, Diretor da Revista *Justiça e Cidadania* (22/3);
- Ministros Francisco Fausto Paula de Medeiros e Ronaldo José Lopes Leal, respectivamente, Presidente e Corregedor do Tribunal Superior do Trabalho (5/4);
- Juiz Catão Alves, Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (5/4);
- Dra. Maria Tereza Cárcomo Lobo (9/4);
- Juiz Federal José Arthur Diniz Borges, Diretor da Escola de Magistratura Federal de Campos dos Goytacazes/MG, e Dr. Arnaldo Viana, Prefeito daquele município (10/4);
- Sr. Roberto Policarpo Fagundes, Coordenador-Geral do Sindjus (15/4);
- Dr. Arnaldo Wald, Advogado (15/4);
- Dr. Washington Melo, Diretor-Geral da Rede Bandeirantes em Brasília (15/4);
- Desembargador Leônidas Duarte Monteiro, Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (16/4);
- Dra. Maria Helena Cisne Cid, Corregedora-Geral do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (17/4);
- Dr. Carreira Alvim, Tribunal Regional Federal da 2ª Região (18/4);
- Deputado Coriolano Sales, PMDB/BA (18/4);
- Dra. Lenora de Beaurepaire da Silva Schwaitzer, Diretora do Centro de Cultura da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro (18/4);
- Ministro Juarez Quadros, das Comunicações (18/4);
- Dr. Orpheu Salles, Diretor da Revista *Justiça e Cidadania* (18/4);
- Drs. José Lembi e Lúcia, Sindicato dos Trabalhadores do Estado de Minas Gerais – Sitraemg (18/4);
- Ministro Lauro Leitão e Deputado Hugo Mardini (18/4);
- Dr. Paulo Tadeu, Advogado (19/4);
- Dr. Arnaldo Esteves Lima, Presidente do TRF-2ª Região, Dr. Sérgio Feltrim, também do TRF-2ª Região, e Juiz Federal Theofilo Antônio Miguel (19/4);

- Dr. Edmundo Franca de Oliveira, Juiz da Segunda Auditoria da 1ª JCM do Superior Tribunal Militar (23/4);
- Prof. Holger Knudsen, Diretor da Biblioteca do Max Planck Institute, da Alemanha, acompanhado do Desembargador Sidnei Beneti, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (24/4);
- Dr. Waldson Silva, Coordenador-Executivo da Fenajufe (29/4);
- Dr. Luiz Inácio Lucena Adams, Secretário-Geral de Contencioso da Advocacia-Geral da União (29/4);
- Dr. Teori Zavascki, Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (29/4);
- Dra. Maria José Martins Magalhães, da Associação dos Amigos do Rio Piraguê-Açu (6/5);
- Dr. Paulo Affonso Leme Machado, Advogado (6/5);
- Dr. Walter do Carmo Barletta, Procurador-Geral da União (6/5);
- Dr. Valdery Albuquerque, Presidente da Caixa Econômica Federal (7/5);
- Dr. Carlos Frederico Santos, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (8/5);
- Dr. Almir Martins Bastos, Procurador-Geral da Fazenda Nacional (10/5);
- Dr. Édís Milaré, Advogado (10/5);
- Dr. José Paixão, Prefeito de Mesquita/RJ (10/5);
- Desembargador José Fernandes Filho (TJ/MG), Presidente da Comissão Executiva do Colégio Permanente dos Presidentes dos Tribunais de Justiça (13/5);
- Drs. Gian Nerculine e Charles Fernandes Schroder, Procuradores do Estado de Santa Catarina, e Dr. Josué Ferreira, Presidente da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan (13/5);
- Dr. Remo Cardoso Pasqualini (13/5);
- Dr. Paulo Jobim, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, acompanhado dos Drs. Dalide Barbosa Alves Correa, Superintendente da Área Jurídica da Caixa Econômica Federal, Luís Inácio Lucena Adams, Secretário-Geral de Contencioso da Advocacia-Geral da União, e Lúcia Maria Ervilha, Consultora Jurídica do MTE (13/5);
- Dr. Luiz Recena Grassi, Diretor Regional da Gazeta Mercantil (14/5);
- Dr. Márcio Moraes, Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (14/5);
- Dr. Antônio Carlos Drumond, Diretor Regional da Rede Globo (14/5);
- Dr. Itanor Neves Carneiro, Diretor-Geral da Polícia Federal (16/5);
- Dr. Luiz Carlos Fernando Mathias de Souza, Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (20/5);
- Dr. Newton Cardoso, Vice-Governador do Estado de Minas Gerais (21/5);
- Dr. Paulo Roberto Menicucci, Diretor de Tecnologia e Infra-estrutura da

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (21/5);

- Dr. Aristides Junqueira, Advogado (21/5);
- Dr. Roberto Carlos Batista, Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios (21/5);
- Dr. Luiz Felipe Conde, Procurador-Geral da Agência Nacional de Saúde (21/5);
- Dra. Leda Janot, Procuradora do Distrito Federal (21/5);
- Dr. Carlos Pellegrino, Advogado (21/5);
- Dr. Márcio Moraes, Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (22/5);
- Dr. Dênis Lopes Franco, Presidente da Federação Nacional das Associações de Oficiais de Justiça (22/5);
- Drs. Geraldo Gayoso e Luís Antonio Cerqueira, Advogados (22/5);
- Dr. Juarez Machado, Diretor do Instituto de Organização Nacional do Trabalho, e Dr. Teres Virmond, Professor do Idort (27/5);
- Deputado Walter Feldman, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, acompanhado de outros Deputados e do Dr. Carlos Roberto Dutra Alckimin, Procurador-Geral da Assembléia Legislativa (27/5);
- Dr. Avelino do Amaral, Presidente do Voip Group Inc., e os Juízes Djalma Moraes, Maurício Kato e José Marcos Lunardelli e o Sr. Luiz Roberto Pardo (28/5);
- Dr. Bento de Barros Ribeiro, Advogado, acompanhado do Presidente do Banco Sumitomo Brasileiro S/A (28/5);
- Dr. Walter do Carmo Barletta, Procurador-Geral da União (30/5);
- Dr. Hugo Melo, Diretor do Departamento de Promoção dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, acompanhado do Prof. Paulo Sérgio Pinheiro, Secretário de Estado de Direitos Humanos (4/6) ;
- Dr. Arruda Alvim, Advogado (4/6);
- Embaixador Marcelo Raffaelli (4/6);
- Dr. Volnei Garrafa, Professor Titular da UnB e Presidente da Sociedade Brasileira de Bioética (6/6);
- Dr. Roberto Policarpo, do Sindjus (6/6);
- delegação do Instituto de Estudos de Desenvolvimento de Sistemas Legais dos Estados Unidos, acompanhada da Ministra Nancy Andrichi e do Dr. Roberto (6/6);
- Juiz Carlos Fernando Mathias, Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (6/6);
- Dr. Luiz Antônio Guimarães Marrey, Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo (10/6);

- Drs. Pedro Acioli e Enildo Lins, Advogados (10/6);
- Dr. Martinho Álvares da Silva, Advogado (10/6);
- Sr. Antônio Alcides de Assis Carvalho, Presidente da Associação dos Servidores do STJ (11/6);
- Dr. José Bonifácio Borges de Andrada, Subsecretário-Geral da Presidência da República (14/6);
- Dr. Hélio Miranda, Advogado (18/6);
- Dr. Rubens Approbato, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (18/6);
- Deputado Ricardo Berzoini, acompanhado dos Drs. Sérgio Rosa, Henrique Pinzzolato e Erick Person, Diretores da Caixa de Previdência do Banco do Brasil - Previ (18/6);
- Senador Amir Lando (19/6);
- Dom Luciano Mendes de Almeida, Arcebispo de Mariana/MG, acompanhado dos Drs. Gustavo Andere e Juliano Costa Couto, Advogados (20/6);
- Desembargadores José Fernandes Filho, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, e Rêmolo Letteriello, do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul (27/6);
- Juiz Teori Zavascki, Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (27/6);
- Dr. João Otávio de Noronha, Diretor Jurídico do Banco do Brasil (27/6);
- Dr. Luiz Felipe Salomão, Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (27/6);
- Dr. Luiz Carlos Madeira, Advogado (19/6);
- Dr. Geraldo Apoliano, Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (3/7);
- Dr. Paulo M. Penalva Santos, Advogado (3/7);
- Deputado Luiz Antônio Fleury, PTB/SP (3/7);
- Dra. Lêda Soares Janot, Advogada (4/7);
- Deputado Sérgio Cabral, Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (5/7);
- Dr. Roberto Wagner, Rede Record (5/7);
- Srs. Roberto Policarpo e Berilo Leão, coordenadores do Sindjus (8/7);
- Sr. Caio Rubens Cruz Teixeira, Coordenador-Geral da Fenajufe (8/7);
- Sr. Herbert Teixeira de Rezende, Prefeito de Ibituruna/MG (8/7);
- Dr. José Antero Monteiro Filho, Chefe-de-Gabinete do Deputado Vicente Arruda (8/7);
- Dr. José Alonso Silveira, Advogado (9/7);

- Deputado João Colaço, PSDB/PE (10/7);
- Drs. Carlos Alberto Cidade e Marcelo Tonhosi, da Confederação Nacional da Indústria (10/7);
- Drs. Márcio Kaiser, Presidente da GVT, e Geraldo Torrecilas, Assessor-Chefe (10/7);
- Sr. Adib Elias, Prefeito de Catalão (16/7);
- Dr. Orpheu Salles, Diretor da Revista *Justiça e Cidadania* (16/7);
- Dr. Geraldo Apoliano, Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (16/7);
- Dr. Arnold Wald, Advogado (31/7);
- General Athos Costa de Faria, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal (2/8);
- Dra. Lêda Soares Janot, Advogada (2/8);
- Dra. Vanessa Cristina Pasqualini, Advogada (5/8);
- Dr. Valdery Albuquerque, Presidente da Caixa Econômica Federal (5/8);
- Drs. Marisa Abreu, Sebastião Drumond e Leonardo Drumond, Advogados (5/8);
- Deputado Geddel Vieira Lima, Líder do PMDB na Câmara dos Deputados (6/8);
- Dr. Sérgio Fidélis Brasil Fontoura, Diretor da Academia Nacional da Polícia Federal (6/8);
- Dr. Nedens Freire Vieira, Procurador-Geral do Estado de Minas Gerais, acompanhado dos Procuradores Achiles Siquara (BA), Maria Tereza Uille (PR) e Eduardo Sabo (DF) (7/8);
- Sr. Roberto Policarpo, Coordenador-Geral do Sindjus (8/8);
- Srs. Marcos Valério Lemos Raposo e Cristine Maia (8/8);
- Juiz Plauto Ribeiro, Tribunal Regional Federal da 1ª Região (8/8);
- Dr. Miguel Angelo Farage de Carvalho, Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal (14/8);
- Dr. Raimundo Viana, Procurador-Geral do Estado da Bahia (14/8);
- Dra. Anna Maria Pimentel, Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (14/8);
- Dr. Paulo Sérgio Domingues, Presidente da Ajufe (15/8);
- Ministro Marco Aurélio, Presidente do Supremo Tribunal Federal (19/8);
- Dr. Miguel de Souza Lopes, Diretor do Banco Real em Brasília (19/8);
- Dr. Márcio Moraes, Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (20/8);

- Dr. Walter Barletta, Procurador-Geral da União (26/8);
- Drs. Paulo Sérgio Domingues, Presidente da Ajufe, Flávio Dino, da Ajufe, e Patrícia Audi, da Organização Internacional do Trabalho (27/8);
- Dr. Antônio Augusto César, Subprocurador-Geral da República (27/8);
- Dr. Márcio Moraes, Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (28/8);
- Dr. Márcio Moraes, Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (29/8);
- Ministra Nancy Andrichi, acompanhada da Juíza Sueli Pini, do Juizado Especial em Macapá/AP (2/9);
- Drs. Marcelo Bustamante, Defensor Público-Geral do Estado do Rio de Janeiro e Presidente do Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais, e Roberto Freitas, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (3/9);
- Dra. Cláudia Patterson (3/9);
- Dr. Arthur Castilho, Advogado (3/9);
- Dr. Roberto Policarpo, Presidente do Sindjus (3/9);
- Drs. Armínio Fraga, Beny Parnes, Carlos Eduardo da Silva, Francisco Siqueira e Dra. Daniela Zarzar Queiroz (5/9);
- Desembargador Mário Machado, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e Presidente da Amagis/DF, e Dra. Sandra Réfis, Diretora do Projeto *Cidadania e Justiça se aprendem na escola* (5/9);
- Dr. Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Presidente da Anatel (5/9);
- Dr. Francisco Gouveia Pereira, da Editora e Livraria Brasília Jurídica (5/9);
- Dr. Ruszel Cavalcante, Promotor de Justiça do Estado do Piauí (5/9);
- Dr. Carlos Bettiol, Advogado (5/9);
- Dra. Sandra Feltrin, Advogada da Fenajufe (6/9);
- Dra. Maria Judite Brito, Superintendente do Grupo Folha (10/9);
- Ministro Hamilton Carvalhido, acompanhado do Dr. Paulo César Chagas, Defensor Público (10/9);
- Dr. Arnaldo Esteves Lima, Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (12/9);
- Juiz Délvio Buffulin, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (12/9);
- Dr. Aloísio Régis, Procurador do Estado de Alagoas, acompanhado do Dr. Paschoal Savastano Júnior, Secretário-Geral do Governo de Alagoas, e da Dra. Marialba dos Santos Braga, Coordenadora da Procuradoria Judicial desse Estado (12/9);
- Dra. Marisa Xavier, Prefeita de Ouro Preto/MG, acompanhada dos Drs. Irapuan Sobral Filho e Rodrigo de Sá Queiroga, Advogados (16/9);

- Dras. Fernanda Camano, Gláucia Lauletta e Paula Regall, Advogadas (16/9);
- representantes do Fórum Nacional pela Reforma Agrária (16/9);
- alunos do Centro de Ensino Fundamental nº I de Samambaia, por ocasião do lançamento do Projeto *O Despertar Vocacional Jurídico* (17/9);
- Dr. Jian Marco Narcoli, Procurador do Estado de Santa Catarina, acompanhado do Dr. Marcos Brusa, Secretário de Transportes e Obras do Estado (17/9);
- Desembargador Marcus Faver, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (17/9);
- Dr. Paulo Barata, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e Diretor-Geral do Centro Cultural da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro (19/9);
- Drs. Charles Richer Lewkowicz e Carlos Augusto Araújo, liquidantes da Rede Ferroviária Federal (24/9);
- Dra. Solange Bentes Jurema, Secretária de Estado dos Direitos da Mulher (25/9);
- Dr. Roger Plant, Chefe do Programa Internacional do Combate ao Trabalho Escravo, da OIT – Genebra (27/9);
- Dr. Márcio José de Moraes, Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (1º/10);
- Srs. Roberto Policarpo, do Sindjus, e Antonio Alcides de Carvalho, Presidente da ASSTJ (1º/10);
- Dr. José de Castro Meira, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (2/10);
- Desembargador Silvino Lopes, Conselheiro da Associação Nacional das Universidades Privadas – UNIP (3/10);
- Dr. Paulo Moraes Penalva Santos, Advogado (3/10);
- Drs. Artur Vidigal de Oliveira, Consultor Jurídico do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Maria Célia, Presidente da Associação Brasileira de Direito Agrário, Isabella Maria de Lemos, Procuradora-Geral do Incra, e Dr. Hélio Nova, Procurador do Incra (3/10);
- Drs. João Torquato, Presidente em exercício da CUT/DF, Paulo Casis, da Famibre, Juscelino França Lôpo, do Conam, Washington Luís Gomes, do Sinpro, Romário Schettino, do Sindicato dos Jornalistas, Luiz Henrique Leite, STIU, Sérgio Rodrigues Prestes, Advogado, Regina Colen, do Comitê de Combate à Corrupção Eleitoral (3/10);
- Dr. Elival da Silva Ramos, Procurador-Geral do Estado de São Paulo, acompanhado dos Drs. José da Silva Guedes, Secretário de Saúde, e José Renato Ferreira Pires, Subprocurador-Geral do Estado (7/10);
- Desembargador Carlos Alberto Dutra Cintra, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (7/10);
- Ministros Cherubim Rosa Filho e Antônio Carlos Seixas Telles, aposentados do Superior Tribunal Militar (7/10);

- Dr. Arnaldo Esteves Lima, Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (7/10);
- Dr. Antônio Avelino do Amaral, Advogado (8/10);
- Dr. Plauto Ribeiro, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (11/10);
- Procuradores estaduais que atuam em Tribunais Superiores (11/10);
- Ministro Pedro Malan, da Fazenda, e Dr. Almir Martins Bastos, Procurador-Geral da Fazenda Nacional (14/10);
- Desembargador Francisco Haroldo Rodrigues de Albuquerque, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (14/10);
- Dr. Geraldo Messias Filho, Advogado da Radiobrás (15/10);
- Dra. Anna Maria Pimentel, Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (15/10);
- Dr. Eduardo Pizarro Carnelós, Presidente da Associação dos Advogados de São Paulo (15/10);
- Dr. Carreira Alvim, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (15/10);
- Dr. Cláudio Fontelles, Subprocurador-Geral da República (15/10);
- Dr. Nedens Ulisses Freire Vieira, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais (16/10);
- Dr. Arnaldo Esteves Lima, Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (16/10);
- Desembargador Leônidas Duarte Monteiro, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso (17/10);
- Dr. Carlos Mathias, Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (17/10);
- Deputado Paulo Melo, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (17/10);
- Coronel Peixoto, da Segunda Assessoria do Gabinete do Comandante do Exército (17/10);
- Dr. Eduardo Marinho, Advogado (17/10);
- Dr. Vilmar José Arrabal de Carvalho, Advogado e representante da Associação Brasileira dos Advogados de Consórcio (18/10);
- Dr. Benedito Gonçalves, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (18/10);
- Dr. Valdery Frota de Albuquerque, Presidente da Caixa Econômica Federal (18/10);
- Ministro Guilherme Gomes Dias, do Planejamento, Orçamento e Gestão (21/10);
- Dr. Rui Barros, Advogado (21/10);

- Dr. Márcio Moraes, Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região **(23/10)**;
- Desembargador Ernani Barreiro, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará **(23/10)**;
- Dra. Anna Maria Pimentel, Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região **(23/10)**;
- Dr. Walter do Carmo Barletta, Procurador-Geral da União **(28/10)**;
- Dr. Cláudio Girardi, Procurador-Geral da ANEEL **(28/10)**;
- Senador Amir Francisco Lando, PMDB/RO **(29/10)**;
- Desembargadoras Etelvina Luíza Gonçalves (Presidente) e Nelma Sarney, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão **(30/10)**;
- Dr. Aloísio Régis, Procurador do Estado de Alagoas **(30/10)**;
- Dr. Márcio Moraes, Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região **(30/10)**;
- Dr. Antônio Cardinalli, Advogado **(31/10)**;
- Dr. Paulo Sérgio, Presidente da Ajufe **(31/10)**;
- Drs. Márcia Carla Pereira Ribeiro, Procuradora-Geral do Paraná, Pedro Augusto do Nascimento Neto, Presidente da Copel Distribuição S/A, e Ruy Dourado e Marcus Vinícius Vita Ferreira, Advogados **(31/10)**;
- Dr. João Torquato, Presidente da CUT **(4/11)**;
- Dr. João Otávio Noronha, futuro Ministro do STJ **(4/11)**;
- Dr. Antônio Carlos Gonçalves, Advogado **(5/11)**;
- Dr. Heraldo Motta Pacca, Procurador do Município do Rio de Janeiro **(7/11)**;
- Drs. Cláudio Girardi e Ricardo Brandão Silva, Procuradores da Aneel, Edvaldo Alves de Santana, Superintendente da Aneel, Walter Barletta, Procurador-Geral da União, e Rosa Maria Santos Megueriam **(7/11)**;
- Drs. Sebastião do Rego Barros, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, e Sônia Agel da Silva, Procuradora-Geral da Agência Nacional do Petróleo **(7/11)**;
- Desembargador Gercino José da Silva, Ouvidor Agrário Nacional, acompanhado de advogados e representantes do MST **(8/11)**;
- Srs. Adilson Rodrigues Santos, Caio Teixeira, Cláudio Renato de Azevedo, Jorge Machado, Maria Madalena Nunes e Rogério Fagundes, integrantes da diretoria executiva da Fenajufe **(8/11)**;
- Dr. Amaury José de Aquino Carvalho, representando o Procurador-Geral da União, Dr. Walter Barletta **(12/11)**;
- Dra. Lília Maria da Cunha Fernandes, Advogada **(13/11)**;
- Dr. Antônio Augusto César, Subprocurador-Geral da República **(13/11)**;

- Deputado João Paulo, líder do PT (14/11);
- Dra. Maria Helena Cid, Corregedora do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (19/11);
- Drs. Ruy Jorge R. Pereira Filho, Assessor do Presidente da Petrobrás, Écio Costa Júnior, Gerente do Contencioso, Fernando Augusto Werneck Ramos, Gerente do Contencioso Tributário, Paulo César Moreira Abrantes, representante da área de Consolidação, Avaliação e Controle, Tributos Descentralizados e Administração Tributária, e Antônio Carlos de Freitas, Gerente Jurídico do Estado do Espírito Santo (19/11);
- Desembargador Viana Santos, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (19/11);
- Dr. Plauto Ribeiro, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (19/11);
- Senador Antônio Carlos Júnior e Deputado José Carlos Aleluia, PFL/BA (20/11);
- Srs. Roberto Policarpo Fagundes e Berilo José Leão, dirigentes do Sindjus (20/11);
- Drs. Fernando Antônio Ciciliano Jordão, Prefeito de Angra dos Reis, Francisco Lucas de Almeida, Procurador-Geral do Município, Pedro Simões Arroio, Consultor Financeiro, e Eduardo A. L. Ferrão, Consultor Jurídico (21/11);
- Dr. Jair Ximenes, Advogado (21/11);
- Dr. Aristides Junqueira, Advogado (21/11);
- Dr. Antônio Villas-Boas, Advogado (21/11);
- Deputado Luiz Antônio Fleury, PTB/SP (21/11);
- Juiz Federal Ricardo Perlingeiro, da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (22/11);
- Professor Lauro Morhy, Reitor da Universidade de Brasília (25/11);
- Dr. Paulo Abi-Ackel, Advogado (2/12);
- comitiva de vereadores de Tefé/AM (2/12);
- Deputado Arthur Virgílio, PSDB/AM (2/12);
- Dr. João Lopes Guimarães, Advogado (3/12);
- Deputado Luiz Crescêncio Pereira Júnior (3/12);
- Dr. Aloísio Napoleão (5/12);
- Desembargador Leônidas Duarte Monteiro, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, acompanhado do Desembargador Hernani Vieira de Sousa, Presidente da Associação Mato-grossense de Magistrados (5/12);
- Dr. Newton de Lucca, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (5/12);
- Dr. Jorge Nemer, Advogado (5/12);
- Dr. Paulo Robert Bonoveni Campos, Advogado da Universidade de Bragança Paulista (17/12);

- Drs. Bruno de Andrade Lage, Eneas Romero de Vasconcelos e Antônio Carlos Torres de Siqueira de Maia e Pádua, Defensores Públicos da União (17/12);
- Drs. Clodomir Matos, Presidente da Rede Record de Televisão, Dênis Munhoz, Vice-Presidente, e Roberto Wagner Monteiro, Diretor Nacional (17/12);
- Deputado Arthur Virgílio, PSDB/AM (18/12);
- Desembargador Charife Oscar Abrão, Presidente eleito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (20/12);
- Dr. Armando Possa, Diretor-Geral da Polícia Federal (23/12);
- Srs. Roberto Policarpo e Roberto Berilo, do Sindjus (23/12);
- Drs. Valdir Vitor e Adeloni de Miranda, respectivamente, Prefeito e Procurador-Geral do Município de Belford Roxo/RJ (26/12);
- Deputado Federal José Roberto Batochio (26/12);
- Dr. Souza Prudente, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (27/12).

#### **Audiências concedidas ao Presidente**

- Deputado Aécio Neves, Presidente da Câmara dos Deputados (5/3);
- Ministro Marco Aurélio, Presidente do Supremo Tribunal Federal (20/3);
- Ministro Pedro Malan, da Fazenda (11/4);
- Dr. Paulo Cabral, Presidente do Correio Braziliense (16/4);
- Ministro José Néri da Silveira, Supremo Tribunal Federal (16/4);
- Ministro Miguel Reale Júnior, da Justiça (6/5);
- Ministro Guilherme Dias, do Planejamento, Orçamento e Gestão (16/7);
- Ministro Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, da Justiça (14/8);
- Ministro Celso Lafer, das Relações Exteriores (30/9);
- Ministro Guilherme Dias, do Planejamento, Orçamento e Gestão (1º/10);
- Senador Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal (8/10);
- Deputado Aécio Neves, Presidente da Câmara dos Deputados (16/10);
- Desembargador Vicente Troiano Netto, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (25/10);
- Ministro Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, da Justiça (7/11);
- Dr. Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República (2/12);
- Ministro Valmir Campelo, do Tribunal de Contas da União (20/12).

### **Entrevistas a jornalistas e a veículos de mídia**

- jornalista Mônica Miranda, Rádio Itatiaia (3/1);
- jornalista Carolina Brígido, Jornal Zero Hora (3/1);
- Rádio CBN (7/2).
- Jovem Pan (5/4);
- jornalista Rosana Abrantes, Jornal Estado de Minas (8/4);
- jornal O Dia (9/4);
- jornal O Tempo (9/4);
- jornalista Heloísa Vilela, da Globonews (27/5);
- Rede Record (27/5);
- jornalista Wanderval Calaça, da Rede TV (20/6);
- Band News (25/6);
- Rede Globo (5/7);
- Rede Record (12/8);
- TV Cultura, de São Paulo (13/8);
- Revista Foco (14/8);
- Rede Amazônica de TV (15/8);
- Rede TV (6/9);
- Rádio Gaúcha (12/9);
- Rede Globo de Televisão (13/9);
- programa *Visão do Poder*, da TV Record (16/9);
- programa *Visão do Poder*, da TV Record (14/10);
- coletiva à imprensa de Curitiba/PR (25/10);
- coletiva à imprensa de Porto Alegre/RS (16/12).

### **Solenidades de Posse**

- Dr. Luís Felipe Salomão no cargo de Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro – Amaerj (5/2);
- Presidente e Membros do Conselho Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (6/2).
- nova diretoria da Escola Nacional da Magistratura, Brasília/DF (5/3);
- Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira no cargo de Corregedor-Geral do TSE

(14/3);

- novos dirigentes do Conselho da Justiça Federal (4/4);
- Dr. Valdey Albuquerque no cargo de Presidente da Caixa Econômica Federal (4/4);
- novos dirigentes do Tribunal Superior do Trabalho (10/4);
- novos dirigentes do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (19/4);
- novos juízes do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (29/5);
- novos dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí; foi representado pelo Ministro Vicente Leal (1º/6);
- nova diretoria da Associação dos Juízes Federais do Brasil, Ajufe (11/6);
- Drs. Luís Carlos Hiroki Muta e Alda Maria Basto Caminha Ansaldi no cargo de Juiz do Tribunal Regional Federal da 3ª Região; foi representado pelo Ministro Jorge Scartezini (13/6);
- Sr. José Bonifácio Borges de Andrada no cargo de Advogado-Geral da União (20/6);
- Dr. Gilmar Mendes Ferreira no cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal (20/6);
- Dra. Carmelita Indiano Americano do Brasil Dias no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; foi representado pela Ministra Fátima Nancy Andrighi (27/6);
- novos dirigentes do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região; foi representado pelo Ministro Cesar Asfor Rocha (27/6).

### **Encontros, Seminários e Congressos**

- 1º Fórum Mundial de Juízes, Porto Alegre/RS (31/1);
- aula magna relativa ao 1º semestre de 2002 dos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul, como parte da programação comemorativa dos 102 anos de existência da “Casa de Thompson Flores e André da Rocha”, Porto Alegre/RS (19/2);
- 54º Encontro do Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, Campo Grande/MS (21/2);
- Seminário *Judiciário e Segurança Pública*, promovido pela Amaerj, Rio de Janeiro/RJ (25/2);
- Conferência sobre o tema *O Poder Judiciário*, para os alunos do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM), composto de Capitães-de-Mar-e-Guerra, Coronéis do Exército e da Aeronáutica, bem como civis asseme-

lhados, Rio de Janeiro/RJ (26/2);

- palestra sobre *Juizados Especiais Federais*, para a comunidade jurídica de Campina Grande/PB (27/2);
- palestra sobre *A Reforma do Poder Judiciário: reflexões*, na aula inaugural do Curso de Preparação à Carreira do Ministério Público – Semestre I/2002, Porto Alegre/RS (1º/3);
- abertura solene do *XI Encontro do Fórum Permanente de Coordenadores de Juizados Especiais do Brasil*, Brasília/DF (5/3);
- solenidade de abertura do *I Congresso Brasileiro e Latino-Americano de Defesa do Consumidor*, Rio de Janeiro/RJ (11/3);
- abertura do *III Seminário dos Procuradores do Distrito Federal* – estudos em homenagem ao Ministro Eduardo Ribeiro de Oliveira, Brasília/DF (11/3);
- *Seminário Juizados Especiais Federais*, promovido pela Ajufe, Brasília/DF (18/3);
- *Seminário Os Impactos de Durban na Superação da Discriminação Racial no Brasil*, Brasília/DF (22/3);
- abertura do *I Encontro Nacional de Integração Nacional da Advocacia-Geral da União*, Brasília/DF (11/4);
- abertura do *Fórum Social da Justiça da 3ª Região*, São Paulo/SP (22/4);
- abertura do *Fórum Nacional de Segurança Pública*, São Paulo/SP (22/4);
- *55º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça*, Macapá/AP (22/4);
- abertura do *IV Seminário Internacional de Direito Ambiental*, Brasília/DF (6/5);
- palestra sobre *A Reforma do Poder Judiciário*, no congresso da Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre/MG (25/5);
- abertura do *Seminário Internacional Terrorismo e Violência: Segurança do Estado – Direitos e Liberdades Individuais*, Brasília/DF (27/5);
- palestra *O Desafio da Ameaça Islâmica no Limiar do Século XXI: Riscos e Processo de Reação*, proferida pelo Juiz de Instrução e Vice-Presidente do Tribunal de Paris, Jean-Louis Bruguière, no *Seminário Terrorismo e Violência*, Brasília/DF (27/5);
- abertura do *6º Congresso Internacional de Direito Ambiental: 10 Anos da ECO 92 – O Direito e o Desenvolvimento Sustentável*, São Paulo/SP (3/6);
- palestra no *Seminário Justiça e Cidadania*, Campos dos Goytacazes/RJ (7/6);
- abertura do *II Congresso Internacional de Direito do Trabalho no Maranhão*, São Luís/MA (19/6);
- abertura do *seminário Aspectos Jurídicos da Abertura do Mercado de Petróleo*, Brasília/DF (24/6);
- exposição no painel *Entraves Jurídicos à Realização da Justiça*, no *Congresso Internacional de Direito e Economia: O Direito Brasileiro e os Desafios da Eco-*

- nomia Globalizada, São Paulo/SP (25/6);*
- abertura do *Dia Mundial de Combate à Tortura – proposta de engajamento do Brasil, Brasília/DF (26/6);*
  - abertura da *IV Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (31/7);*
  - *Seminário Administração da Justiça, Brasília/DF (7/8);*
  - *I Jornada de Estudos Jurídicos da Justiça Federal do Pará; foi representado pelo Ministro Antônio de Pádua Ribeiro (8/8);*
  - *palestra sobre A Reforma do Poder Judiciário, na XXIII Semana do Advogado, Campina Grande/PB (9/8);*
  - abertura do *XIX Seminário Roma-Brasília (22/8);*
  - *palestra de encerramento acerca da Reforma do Poder Judiciário: implicações da súmula vinculante em termos de direito público, a litigiosidade dos entes públicos e temas afins, Belo Horizonte/MG (23/8);*
  - abertura do *Seminário Nacional contra Pirataria e Contrabando: uma proposta de cidadania, Brasília/DF (27/8);*
  - *palestra sobre Polícia Federal como Agente da Justiça, Brasília/DF (3/9);*
  - abertura da *I Jornada de Direito Civil, Brasília/DF (11/9);*
  - *palestra sobre O Superior Tribunal de Justiça e a Reforma do Poder Judiciário, na Faculdade de Direito de Sorocaba/SP (20/9);*
  - abertura da *I Jornada de Debates sobre o Trabalho Escravo, Brasília/DF (24/9);*
  - abertura do *Encontro Internacional de Direito e Tecnologias da Informação, Brasília/DF (3/10);*
  - *Seminário Internacional Direitos Humanos e Cooperação Internacional: um diálogo global, Brasília/DF; foi representado pelo Ministro Edson Vidigal, Vice-Presidente (8/10);*
  - pronunciamento no *58º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, Belém/PA (9/10);*
  - abertura do *Congresso Mundial de Bioética, Brasília/DF (30/10);*
  - abertura do *Seminário Internacional Imprensa Investigativa: sensacionalismo e criminalidade, Brasília/DF (7/11);*
  - abertura da *XVIII Conferência Nacional dos Advogados, Salvador/BA (11/11);*
  - abertura do *Seminário Execução contra Fazenda Pública, Brasília/DF (18/11);*
  - *XIX Encontro Nacional dos Juizes Federais, Natal/RN; foi representado pelo Ministro Edson Vidigal, Vice-Presidente (22/11);*
  - *VII Cumbre Iberoamericana de Presidentes de Cortes Supremas y Tribunales Supremos de Justicia, Cancún/México (27 a 29/11);*

- *1º Seminário Nacional sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil: crianças no narcoplantio e tráfico de drogas.* O Ministro Edson Vidigal, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, representou o Tribunal, Brasília/DF (27/11);
- abertura do Seminário *A Advocacia nos Tribunais Superiores*, Brasília/DF (2/12);
- abertura do *III Congresso de Administração da Justiça*, Brasília/DF (5/12);
- palestra sobre *O Estado da Justiça, Necessidade de uma Reforma?*, no *IV Encontro dos Presidentes dos Supremos Tribunais dos Países de Expressão Portuguesa*, Cidade da Praia/Cabo Verde (10/12).

### Condecorações

- Ordem do Mérito das Comunicações no grau Grã-Cruz, Brasília/DF (7/5);
- medalha “Colar do Mérito Judiciário”, concedida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (29/5);
- Título Honorífico de Cidadania Campista, Campos dos Goytacazes/RJ (7/6);
- medalha no grau de Grande-Oficial da Ordem do Mérito Naval, Brasília/DF (10/6);
- medalha do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
- promoção ao grau de Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, do Tribunal Superior do Trabalho (13/8);
- Medalha do Ministério Público do Brasil, Brasília/DF (15/8);
- Diploma de Honra ao Mérito e Medalha “Carvalho Santos”, Lavras/MG (27/9);
- Ordem do Mérito da Defesa, Brasília/DF (27/12).

### Visitas Oficiais

- Juizado Especial Federal do Distrito Federal (18/4);
- Desembargador Natanael Caetano Fernandes, Presidente do TJDF (23/4);
- Deputado Aécio Neves, Presidente da Câmara dos Deputados (14/5);
- Ministro Humberto Guimarães Souto, Presidente do Tribunal de Contas da União (14/5);
- Jornal Estado de Minas (16/5);
- Jornal Hoje em Dia (16/5);

- Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (16/5);
- Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais (16/5);
- Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (16/5);
- Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (3/6);
- Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (17/6);
- Rede Globo de Televisão, Rio de Janeiro/RJ (17/6);
- Rede Bandeirantes de Televisão, São Paulo/SP (25/6);
- Diário Comércio e Indústria – DCI/Panorama Brasil, São Paulo/SP (14/7);
- Folha de S. Paulo (14/7);
- Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/RJ (16/8);
- Jornal Zero Hora, Porto Alegre/RS (9/9);
- Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (9/9);
- Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Porto Alegre/RS (9/9);
- Jornal Gazeta Mercantil, São Paulo/SP (20/9);
- Jornal O Estado de S. Paulo (20/9);
- Jornal A Tarde, da Bahia (11/11);
- Jornal Correio da Bahia (11/11);
- Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (11/11);
- Seção Judiciária da Bahia (11/11).

### Eventos Internos

- Sessão plenária para eleição dos Ministros Presidente e Vice-Presidente do STJ (4/3);
- sessão plenária destinada a eleger o membro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral em virtude do término do biênio do Ministro Jacy Garcia Vieira, bem como a examinar projeto que trata da uniformização de jurisprudência no âmbito dos Juizados Especiais Federais (12/3);
- premiação melhores idéias e Salão de Arte dos Talentos do STJ (20/3);
- homenagem da ASSTJ e dos servidores do STJ ao Ministro Paulo Costa Leite (22/3);
- *Workshop* “Planejamento Estratégico: resultados e expectativas” (22/3);
- sessão solene de posse dos novos dirigentes do STJ (4/4);
- café da manhã com o Senador Ramez Tebet (24/4);
- abertura da *Panorâmica Goiana de Arte* (8/5);



- comemoração do Dia das Mães (9/5);
- café da manhã com o Ministro Costa Porto (13/5);
- café da manhã com os Ministros Pedro Malan, da Fazenda, e Guilherme Dias, do Planejamento, Orçamento e Gestão (14/5);
- café da manhã com o Ministro Pedro Parente, Chefe da Casa Civil, acompanhado do Dr. Teori Zavascki, Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (22/5);
- oposição da foto do Ministro Antônio de Pádua Ribeiro na Galeria dos ex-Presidentes (22/5);
- sessão solene em homenagem aos Ministros Adhemar Maciel e Demócrito Reinaldo em razão de aposentadoria (12/6);
- sessão plenária para discutir sobre a reforma do Regimento Interno (19/6);
- abertura da festa junina do STJ (28/6);
- sessão plenária para tratar da reforma do RISTJ, bem como para votação da lista tríplice para preenchimento da vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Paulo Costa Leite (12/8);
- sessão plenária em homenagem ao Ministro Vicente Cernicchiaro (28/8);
- lançamento oficial da *Revista Eletrônica de Jurisprudência* do Superior Tribunal de Justiça (2/9);
- café da manhã com o Sr. António Manuel Canastreiro Franco, Embaixador de Portugal (3/9);
- abertura na solenidade de lançamento do projeto *O Despertar Vocacional Jurídico* (17/9);
- abertura da exposição *A Trajetória da Justiça Brasileira* (25/9);
- jantar em homenagem ao Ministro Garcia Vieira, por ocasião de sua aposentadoria (25/9);
- aula inaugural do curso *Gerenciamento Organizacional* (30/9);
- instalação da Junta de Uniformização de Jurisprudência (30/9);
- café da tarde com o Dr. Teori Zavascki, Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (3/10);
- inauguração da Sala de Reuniões de Grupo da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (7/10);
- sessão plenária de homenagem póstuma aos Ministros Henocho Reis, Joaquim Justino Ribeiro, Francisco Dias Trindade, Wilson Gonçalves, Assis Toledo, Miguel Ferrante e Jesus Costa Lima (15/10);
- café da manhã com o Embaixador da Espanha (18/10);
- café da manhã com os jornalistas Luís Orlando Carneiro e Gilberto Amaral, do *Jornal do Brasil* (23/10);

- café da manhã com o Senador Bernardo Cabral, PFL/AM (29/10);
- comemoração do Dia do Servidor (29/10);
- café da manhã com o Senador eleito Cristovam Buarque e com o Deputado Federal eleito Sigmaringa Seixas (30/10);
- café da manhã com o Senador Lúcio Alcântara, PSDB/CE (5/11);
- aposição de fotografia do Ministro Paulo Costa Leite na galeria de ex-Presidentes do STJ (5/11);
- sessão plenária para elaboração de lista tríplice para preenchimento da vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Garcia Vieira (6/11);
- café da manhã com o Embaixador da República francesa, Alain Rouquié (8/11);
- café da manhã com a Embaixadora do México, Cecília Soto González (13/11);
- abertura da IV Semana da Segurança e VI Semana da Saúde (18/11);
- comemoração do Dia da Bandeira (19/11);
- sessão plenária em homenagem ao Ministro Eduardo Ribeiro (20/11);
- café da manhã com o Embaixador de Cabo Verde, Luís António Valadares Dupret (21/11);
- reunião da Comissão da Reforma do Judiciário (25/11);
- solenidade de posse do Dr. João Otávio de Noronha no cargo de Ministro deste Tribunal (3/12);
- formatura de servidores do STJ – Programa de Escolarização Supletiva – Telecurso e lançamento do Projeto Inclusão Digital (5/12);
- café da manhã com o Dr. Vladimir Passos de Freitas, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (5/12);
- confraternização dos Ministros (5/12);
- missa em ação de graças pelo ano de 2002 e Natal (18/12);
- abertura da festa natalina dos servidores do Tribunal (19/12).

### **Outros Eventos**

- Solenidade de assinatura do Projeto de Lei que institui o novo Código Civil (10/1);
- inauguração do Juizado Especial Federal em Porto Alegre (14/1);
- inauguração do Juizado Especial Federal em São Paulo (14/1);
- inauguração do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Ceará (15/1);
- cerimônia de instalação do ano judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (6/2);
- cerimônia de instalação dos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da

## 51ª Legislatura da Mesa do Congresso Nacional (15/2);

- sessão plenária da Ordem dos Advogados do Brasil em comemoração dos noventa anos de nascimento do eminente advogado Evandro Lins e Silva (18/2);
- solenidade de formatura do Curso de Direito das Faculdades Integradas do Planalto Central – FIPLAC (o Ministro foi patrono da turma), Brasília/DF (22/2);
- inauguração da sede da Justiça Federal em Chapecó/SC (8/3);
- abertura da exposição comemorativa dos 35 anos do Conselho da Justiça Federal (20/3);
- homenagem ao Ministro Paulo Costa Leite pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (26/3);
- solenidade de inauguração da restauração da sede do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (12/4);
- reunião do Conselho da Justiça Federal no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, São Paulo/SP (22/4);
- cerimônia de instalação da Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis (8/5);
- recepção na Embaixada da Itália por ocasião da inauguração da mostra *Amazônia: Resgate por meio do Design e da Arte* (8/5);
- reunião dos Presidentes dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Palácio do Planalto (9/5);
- solenidade de encerramento dos Cursos de Direitos Humanos e Segurança de Dignitários da Academia de Polícia Militar de Brasília (10/5);
- sessão solene em comemoração do Dia da lembrança de mártires e heróis da Segunda Guerra Mundial, São Paulo/SP (12/5);
- solenidade de assinatura do ato de sanção que cria a TV Justiça (representado pelo Vice-Presidente), Brasília/DF (16/5);
- sessão solene em homenagem ao Ministro José Néri da Silveira em razão de sua aposentadoria (representado pelo Vice-Presidente), Brasília/DF (29/5);
- recepção por ocasião da Data Nacional de Portugal, Brasília/DF (10/6);
- almoço por ocasião do Dia do Diplomata, Brasília/DF (12/6);
- ato de sanção do projeto de lei que dispõe sobre a magistratura da União, membros do Ministério Público e Plano de Carreira do Poder Judiciário, Brasília/DF (27/6);
- comemoração do 226º aniversário da Independência dos Estados Unidos, Brasília/DF (3/7);
- reunião em que foi analisada a limitação de empenho e de movimentação financeira para o Poder Judiciário, no STF (31/7);

- solenidade de inauguração da TV Justiça, criada pela Lei nº 10.461, de 17 de maio de 2002, no STF (2/8);
- reunião para análise da limitação de empenho e de movimentação financeira para o Poder Judiciário. Participaram os Presidentes dos Tribunais Superiores e o Presidente do TJDF, STF (12/8);
- solenidade de inauguração do Edifício Sede da Procuradoria-Geral da República (15/8);
- almoço na Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro/RJ (16/8);
- aposição da foto do Ministro Paulo Costa Leite na Galeria de Fotos do Conselho da Justiça Federal (26/8);
- desfile cívico-militar do Dia da Pátria, Brasília/DF (7/9);
- café da manhã com diretores do Grupo Sinos de Comunicação, Porto Alegre/RS (9/9);
- reunião preparatória da VII Cumbre Iberoamericana de Presidentes de Cortes Supremas y Tribunales Supremos de Justicia. O Ministro Edson Vidigal representou o Tribunal no encontro, La Antigua/Guatemala (10/9);
- aposição do retrato do Ministro Carlos Velloso na galeria de ex-Presidentes do Supremo Tribunal Federal (12/9);
- instalação da Comissão sobre Lavagem de Dinheiro, CJF (1º/10);
- recepção em comemoração do Dia da Unidade Alemã, Brasília/DF (3/10);
- recepção por ocasião da Festa Nacional da Espanha, Brasília/DF (12/10);
- cerimônia de lançamento do Relatório Nacional Brasileiro em cumprimento à CEDAW – Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, Brasília/DF (22/10);
- recepção por ocasião do 24º aniversário do início solene do pontificado de Sua Santidade o Papa João Paulo II, Brasília/DF (22/10);
- inauguração do edifício sede da Seção Judiciária do Estado do Paraná, Curitiba (25/10);

